

# Os impactos da epidemia na economia alagoana

Notas sobre a conjuntura econômica de 2020

Prof. Dr. Cícero Péricles de Carvalho  
cicerocarvalho@uol.com.br



**FEAC**  
FACULDADE DE ECONOMIA,  
ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

# Os impactos da epidemia na economia alagoana em 2020

Notas sobre a conjuntura econômica nos meses de março a dezembro de 2020<sup>1</sup>

**Introdução.** O ano está terminando e, de maneira coincidente, encerram-se os prazos dos mecanismos financeiros de apoio a renda, emprego, empresas e a Estados e municípios, que foram criados para enfrentar o período de “calamidade pública” definido pelo Congresso Nacional. A economia alagoana, a exemplo dos demais estados, atravessou a maior parte deste ano beneficiada por esse conjunto de medidas, que assegurou o consumo, a permanência de milhares de trabalhadores nos seus postos de trabalho e as baixas taxas de desemprego. Nesse período, milhares de empresas, principalmente as MPE’s, tiveram acesso facilitado às linhas de crédito emergenciais, amenizando suas dificuldades e garantindo sua sobrevivência. O Estado e os municípios receberam recursos volumosos, também emergenciais, decorrentes da suspensão do pagamento das parcelas da dívida estadual ou a título de compensação pelas perdas de transferências constitucionais, que possibilitaram a intervenção pública mais enérgica tanto na frente sanitária como na área econômica. Esses mecanismos ajudaram, mas não evitaram a esperada taxa negativa de crescimento.

Este ano, a economia alagoana, em tempos de pandemia, deverá ter seu desempenho influenciado pela economia brasileira, com uma taxa de -4,6%, segundo previsão do Banco Central, e pelo desempenho da economia nordestina, com a expectativa de uma taxa de -7,4%, de acordo com o Banco do Nordeste. A partir de janeiro, caso esses mecanismos não sejam renovados ou substituídos por medidas compensatórias, teremos, provavelmente, uma conjuntura mais desfavorável, quando a economia estadual poderá conhecer uma taxa negativa mais alta que a prevista para este ano.

O impacto do final dessas medidas será sentido, primeiro, no consumo, quando forem cortados 2/3 dos 1,2 milhão de alagoanos que recebem o Auxílio Emergencial (AE), com rendas atuais de R\$ 600,00 e R\$ 300,00, e apenas os 415 mil inscritos no programa Bolsa Família voltarem para seus benefícios no valor médio de R\$186,00. Nos meses de abril a agosto, os recursos transferidos, mensalmente, representavam R\$ 780 milhões, somando um total de R\$ 3,7 bilhões; a partir de setembro até dezembro foram reduzidos para R\$320 milhões, somando R\$ 1,3 bilhão. Em janeiro, serão pagos tão somente R\$ 78 milhões aos beneficiários do PBF, ou seja, 10% do que foi pago nos cinco primeiros meses da pandemia pelo AE. O segundo impacto será gerado pelo final do Programa de Manutenção do Emprego e Renda que, entre os meses de maio e dezembro, permitiu a assinatura de 197 mil contratos de suspensão ou redução da jornada de trabalho, em troca do benefício financeiro mensal e da garantia do emprego. Registre-se que esse mecanismo foi utilizado por 15,5 mil empresas alagoanas.

As linhas emergenciais de crédito, tanto as nacionais, operadas pelo sistema financeiro federal como o privado, assim como as de caráter regional, não terão continuidade ou sofrerão

---

<sup>1</sup> Sugestões complementares de leitura sobre a economia alagoana dos anos recentes: o livro *Economia popular: uma via de modernização para Alagoas* (8ª e. Edufal, 2019) e o artigo *Alagoas: 2000-2018*, publicado na *Revista Conjuntura Econômica*, do BNB (Edição especial, 2019): <https://cutt.ly/2ho6B2y>

modificações, retirando parte das facilidades e vantagens oferecidas em suas operações. Esses recursos farão falta no próximo ano, quando a economia continuará sofrendo os efeitos da pandemia, num cenário influenciado pelo término das medidas emergenciais de renda e emprego. Os recursos destinados, emergencialmente, ao Estado e municípios não serão possíveis fora do estado nacional de “calamidade pública”.

Os efeitos diretos da extinção desse conjunto de medidas surgirão a partir de janeiro, quando os cortes na renda social pública coincidirão com o aumento esperado do desemprego, elevando a informalidade; com a inflação de alimentos acima de 12%, pressionando a renda dos mais pobres; e com o congelamento dos salários do funcionalismo, que tendem a reduzir a massa salarial. Com a restrição dos recursos para o consumo, a inadimplência e o endividamento tendem a crescer, causando impactos nos setores de comércio e serviços, atingindo, indiretamente, a agricultura, indústria e construção, afetando a arrecadação dos municípios e Estado. Esse novo cenário corre o risco de ser agravado pela segunda onda da pandemia, influenciando negativamente setores vinculados diretamente ao mercado interno, como também segmentos dependentes do mercado nacional e regional, a exemplo do turismo. Tal situação tornará ainda mais difícil o processo de retomada da economia.

Neste cenário de incertezas, uma nova agenda para 2021 deverá ser construída no Congresso Nacional, da mesma forma que este ano, e implementada pelo executivo federal, com base em medidas anunciadas de apoio à renda e ao emprego, como: a extensão do Bolsa Família (ou Renda Brasil) para o público do Cadastro Único (680 mil inscritos em Alagoas); transformação do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) em programa permanente de apoio financeiro as MPE's, o que já está sendo negociado no Congresso; continuidade da linha emergencial com recursos do FNE (BNB/Sudene); aprovação do Programa de Microcrédito direcionado aos MEI's – microempreendedores individuais, para a formalização de seus negócios e estímulo às suas atividades (108 mil em Alagoas); antecipação do pagamento da 13ª parcela aos beneficiários do INSS (540 mil pessoas em Alagoas), a exemplo do que ocorreu este ano; compensação das perdas de transferências de FPM e FPE, beneficiando estados e prefeituras com mais recursos para a área da saúde; e a reativação da construção das obras, em coordenação com as prefeituras e estados.

**A economia alagoana no ano de 2020.** A economia alagoana, que sempre reflete os resultados regionais nordestinos, atravessa este ano um cenário recessivo no plano internacional e nacional. O Banco Mundial (Bird) estima que a economia global deverá cair -5,2% em 2020, superando com grande diferença a contração da crise financeira de 2009, quando o Produto Interno Bruto (PIB) mundial declinou -0,1%. Para 2020, a projeção do Bird é de retração de -7,0% nas economias avançadas e queda de -2,5% nos países em desenvolvimento. No plano mais próximo, incluindo os vizinhos do Mercosul, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) prevê uma redução de -7,2% no PIB da América Latina em 2020<sup>2</sup>.

Os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicados no relatório *World Economic Outlook* (24/06), mostram uma piora generalizada para a atividade econômica mundial, confirmando o quanto os estragos da pandemia são mais intensos do que o previsto inicialmente. No caso brasileiro, o FMI, depois de uma avaliação do quadro

---

<sup>2</sup> BNB (2020)

econômico em abril, quando estimava uma recessão de -9,1% para o PIB do país, diminuiu esse impacto para -5,8%, no relatório de outubro<sup>3</sup>.

No final do ano passado, o Ministério da Economia previa o crescimento do PIB da economia brasileira de 2,5% em 2020, mas, meses antes da pandemia, esse número já sofria quedas regulares de expectativas: 2,3% em janeiro, 2,2% em fevereiro e 1,5% em março. Segundo o *Boletim Focus* do Banco Central, a chegada do vírus e o elevado grau de incerteza, o tom dominante no plano internacional, fizeram essa previsão de crescimento modesto cair para taxas negativas: -2,9% em abril, -4,11% em maio e -6,5%, em 29 junho<sup>4</sup>. Desde então, o *Boletim* vem modificando sua previsão, melhorando esse indicador que chega em 1º de dezembro com a expectativa de -4,5%<sup>5</sup>. Entretanto, o IBGE anunciou os dados para os três primeiros trimestres (-2,5%, -9,7% e 7,7%), o que resulta numa retração de -5% do PIB para este ano, o menor patamar dos últimos dez anos.

No plano regional, o impacto da pandemia na economia alagoana começa a ser dimensionado com mais clareza no último trimestre do ano, quando o Banco Central e o Banco do Nordeste, com dados regionalizados e estadualizados, passam a refletir as consequências do isolamento social nos setores da economia nordestina e, de forma mais detalhada, analisam as atividades dos estados, incluindo as de Alagoas. O *Boletim Regional* do Banco Central, publicado a cada trimestre, é creditado como uma antecipação próxima do Produto Interno Bruto (PIB), coincidindo, na maioria das vezes, com os resultados finais publicados pelo IBGE, instituição responsável pelo cálculo do PIB nacional e pelas Contas Regionais.

No *Boletim* do Banco Central, de maio de 2020, os dados do período pré-epidemia apontavam para um crescimento trimestral de apenas 0,3% no Nordeste, antecipando a retração das atividades econômicas do período seguinte<sup>6</sup>. Essa expectativa foi confirmada no *Boletim* de agosto, cobrindo os meses de março a maio, quando, apesar do desempenho moderado da agricultura e do efeito positivo das rendas sociais, a economia nordestina foi fortemente atingida nos setores de comércio, serviços e na indústria vinculada ao mercado regional, projetando para o segundo trimestre uma retração elevada (-7,97%). Na edição de outubro, cobrindo os meses de junho a agosto, o *Boletim* mostra uma recuperação parcial da economia nordestina de 2,8% em relação ao trimestre anterior, a partir da reabertura das atividades e da recomposição da renda decorrente do Auxílio Emergencial. Apesar dessa recuperação, o Nordeste apresentou a maior retração entre as regiões, devido ao fraco desempenho dos serviços e indústria<sup>7</sup>.

O BNB, baseando-se nos seus dados e da LCA Consultoria, publicou, na primeira semana de junho, uma previsão para 2020, com o anúncio da contração anual da economia nordestina de -7,2% em seu produto interno bruto, depois de um ano negativo (2019), quando obteve -0,2% de crescimento. Recentemente (09/11), o BNB fez uma revisão nos indicadores para 2020, apontando uma variação negativa de -7,4% para o Nordeste. Este ano, dada à forte integração das economias regionais com a economia nacional, o Nordeste provavelmente apresentará um resultado próximo ao do PIB do país, e suas economias estaduais deverão acompanhar, de forma um pouco desigual, esses resultados nacionais e regionais.

---

<sup>3</sup> GLOBO (13/10/2020)

<sup>4</sup> BCB (2020a)

<sup>5</sup> BCB (16/11/2020)

<sup>6</sup> BCB (2020b)

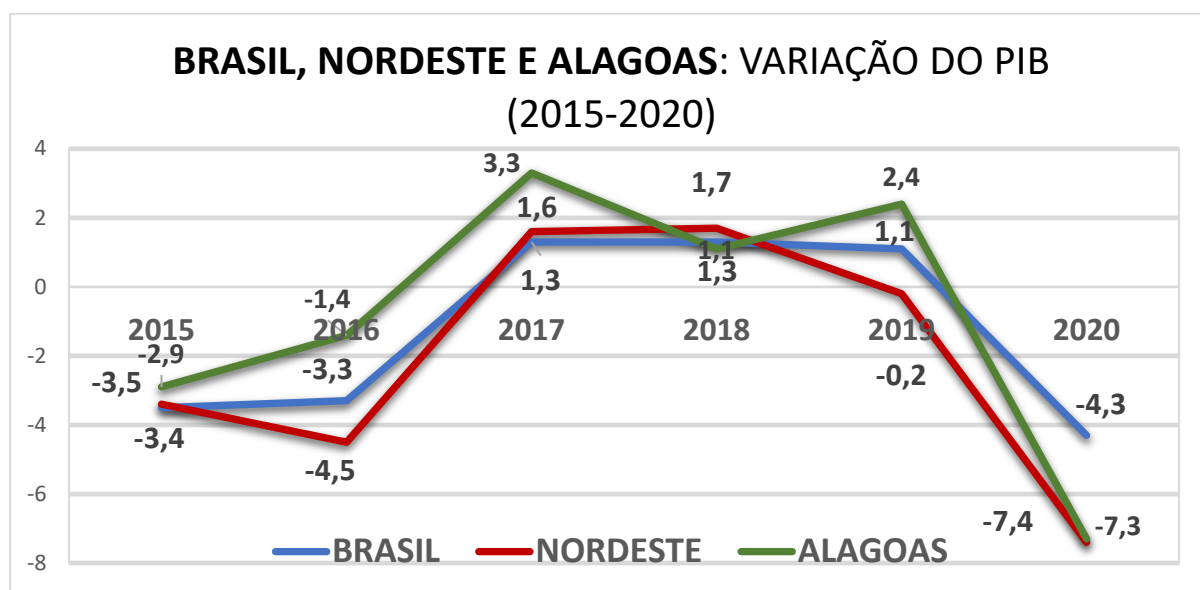
<sup>7</sup> BCB (2020c)

## BRASIL E REGIÕES: VARIAÇÃO (%) DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

REGIÃO	2015	2016	2017	2018	2019	2020
NORTE	-2,6	-4,6	3,8	3,4	2,3	0,8
NORDESTE	-3,4	-4,5	1,6	1,7	-0,2	-7,4
SUDESTE	-3,8	-3,2	-2	1,0	1,5	-4,0
SUL	-4,1	-2,4	2,4	2,2	1,0	-5,1
CENTRO-OESTE	-2,1	-2,6	3,9	0,1	0,6	-2,6
BRASIL	-3,5	-3,3	1,3	1,3	1,1	-4,3

Fonte: BNB/Etene (2020)

Em 2020, a economia alagoana conheceu três períodos diferenciados de funcionamento. O primeiro, de pré-pandemia, de janeiro a março, foi positivo, mas apresentou um ritmo lento de crescimento, influenciado pelo desempenho fraco dos anos anteriores, assim como pela expectativa da crise da pandemia; o segundo, fortemente negativo, de 20 de março ao final de junho, quando os indicadores de crescimento da Covid-19 levaram ao isolamento social e obrigaram o fechamento das atividades consideradas “não essenciais”, afetando ainda mais seu desempenho anterior, com queda das atividades em quase todos os setores; o terceiro período, a partir de julho, de recuperação lenta, dividido em dois trimestres: de julho a setembro, marcado pela reabertura paulatina de alguns segmentos, que foram retomando as atividades da economia, apresentando uma leve recuperação, sem, no entanto, conseguir alcançar o ritmo pré-pandemia; e o quarto e último trimestre (outubro a dezembro), ainda com um elevado grau de incertezas, mas com sinais moderados de crescimento.



Fonte: BNB (2020); SEPLAG (2020).

Os dados do trimestre atual sugerem um ambiente mais favorável: o setor turístico está dando passos de reativação, a construção civil tem acelerado as atividades pelas encomendas de final de ano, a safra da cana de açúcar teve início em setembro, e o comércio trabalha a perspectiva do Natal, o seu melhor período de vendas; no entanto, a economia ainda está espelhando os efeitos do isolamento social e da permanência da pandemia. Se confirmados os dados semestrais do Banco Central e a previsão anual do



BNB para o Nordeste (-7,4%), e para a economia alagoana (-7,3%), teremos a maior retração anual estadual desde 1988, quando o PIB de Alagoas obteve uma taxa negativa de -7,1%.

Os dados mais recentes da economia alagoana, no comércio, com valores acumulados: (-4,1%, em out.) e serviços (-19,0%, em out.), a retração no consumo de combustível (-7,5%, em set.), de energia elétrica (-8%, em set.), a redução do movimento de passageiros (-66,4%, em set.), a redução na arrecadação de ICMS (-2,90%, em out. ), mais a queda da receita federal no estado (-11,0%, em out.), e o crescente desemprego (20%, em out.) parecem confirmar essa perspectiva. No entanto, a presença massiva da renda social, principalmente do Auxílio Emergencial, e dos demais mecanismos financeiros de apoio, podem garantir uma taxa menor que a projetada pelo BNB, evitando que a economia estadual retroceda para o nível de atividade de 2016.

**O isolamento social.** No dia 20 de março, acompanhando as decisões simultâneas tomadas em vários estados, o governo de Alagoas publicou o Decreto Emergencial n. 69.541, declarando “situação de emergência na saúde”, suspendendo todas as atividades econômicas consideradas não essenciais. A decisão sobre o isolamento social, decorrente da crise sanitária, de forte impacto econômico, não foi uma iniciativa exclusiva estadual ou municipal, mas tomada no âmbito nacional, de todos os estados e municípios, orientada, no plano federal, pelo Ministério da Saúde, nos estados, pelas Secretarias da Saúde e, no âmbito internacional, pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O objetivo era o de alcançar um elevado nível de isolamento social, como o único mecanismo possível para controlar a contaminação massiva e evitar que a epidemia colapsasse a rede hospitalar privada e o sistema público de saúde existentes em Alagoas<sup>8</sup>. No mesmo dia, em outro decreto (n. 69.531), o governo criou o Comitê de Gerenciamento de Impactos Econômicos da Crise com a presença de vários secretários de Estado, mais a representação empresarial e política do estado (Assembleia). Simultaneamente, a Prefeitura de Maceió promulgou o decreto de calamidade pública na capital alagoana, com medidas restritivas ao funcionamento dos setores econômicos na cidade<sup>9</sup>. De março ao início da reabertura, o decreto emergencial de isolamento social foi renovado por oito vezes em: 28/03, 06/04, 19/04, 05/05, 19/05, 31/05, 10/06 e 22/06.

Na semana do decreto emergencial, a economia alagoana estava entrando no seu ciclo de menor movimento anual que, tradicionalmente, ocorre entre os meses de março e agosto, quando o período chuvoso influencia o ritmo de vários setores: a) o turismo termina sua alta estação (novembro/fevereiro), entrando nos meses da sua baixa temporada; b) a safra da cana-de-açúcar, que ocorre entre os meses de agosto a março, chega ao seu final, iniciando a entressafra agrícola, com a paralisia do parque industrial; c) a construção civil diminui tanto o ritmo das reformas, consertos e ampliação de imóveis como a entrega de novas obras mais demandadas no final de ano; d) o comércio reduz o seu ritmo, depois de ter realizado as vendas do período natalino (e as promoções de janeiro) e do carnaval; e o setor de serviços, pelas fortes conexões com o comércio, é influenciado diretamente pelo desempenho do setor comercial.

Tradicionalmente, no período de março até agosto, o mercado de trabalho alagoano é marcado pela estação chuvosa e pelo ciclo de menor movimento, apresentando sua fase de baixo crescimento, espelhada no período por mais desligamentos e menos contratações. A epidemia coincidiu com esses meses de menor dinâmica, e o processo da

---

<sup>8</sup> DOEAL, n.1287 (20/03/2020)

<sup>9</sup> PMM/DOM. (23/04/2020)

reabertura planejada das atividades coincide com o tradicional período da reação econômica, nos meses de agosto a fevereiro do ano seguinte. Por essas características regionais, o impacto na economia teria sido, provavelmente, muito maior caso o decreto emergencial tivesse coincidido com os meses anteriores de novembro de 2019 a fevereiro de 2020, considerados os de maior movimento.

Na primeira edição do decreto de estado de emergência, ficou clara a opção pelo isolamento social e a intenção de frear as aglomerações, liberando apenas as atividades consideradas essenciais, como farmácias, supermercados, setor de saúde, rede financeira e postos de gasolina. Um processo de negociação foi instituído pelo governo com os representantes dos setores da economia impactados pela crise. Na segunda edição do decreto (28/03), mesmo mantendo a maior parte das proibições da primeira versão, foram liberadas atividades que permitiram o funcionamento de setores como a indústria, lojas de material de construção e as atividades de entrega direta em bares, restaurantes e lojas; e, na quinta prorrogação (05/05), essa lista foi ampliada com livrarias, bancas de revista, papelarias, concessionárias de carros e lojas de tecidos. A partir de então, foram mantidos, até julho, os mesmos limites, incorporando algumas medidas sanitárias, como o uso obrigatório de máscara.

**A aparente normalidade.** No período março a dezembro, a economia alagoana funcionou sustentada pela renda pública e pela rede emergencial de financiamento das empresas e empregos. Graças a esses mecanismos, nos meses de isolamento ou distanciamento social, Alagoas atravessou uma conjuntura de “aparente normalidade”, mesmo num cenário de forte queda na atividade econômica, como vêm registrando os números da Secretaria Estadual da Fazenda, da Receita Federal, IBGE, BNB e Banco Central. Nesse período, graças à renda social, o consumo das famílias continuou ocorrendo, movimentando todos os segmentos da economia, com queda de endividamento e inadimplência, e os números do desemprego permanecendo baixos. A “aparente normalidade” esteve sustentada pelas várias medidas emergenciais aprovadas no Congresso Nacional e postas em prática pela rede financeira federal. Esse foi o traço mais importante da conjuntura econômica estadual nos oito primeiros meses de pandemia.

No primeiro semestre, as empresas de dois setores da economia, a agropecuária (com 18% do PIB estadual) e a indústria (com 12%, incluindo a construção civil), que representam um terço da economia alagoana, quase não apresentaram interrupções. Nos dois setores mais afetados pelo decreto estadual – comércio e serviços, incluindo a administração –, que representam 70% do PIB de Alagoas, vários de seus segmentos “essenciais” puderam funcionar plenamente; outros, considerados “não essenciais”, foram suspensos, mas buscaram se adaptar à nova realidade de limites e restrições: o comércio passou a utilizar mais o e-commerce e o delivery, aprendendo a vender pela internet; e, no varejo e setor de serviços dos bairros populares, foi desenvolvida, com sucesso, a estratégia da “meia porta aberta”; ao mesmo tempo a população que tinha direito ao auxílio emergencial se inscreveu para receber esse benefício, e parte das empresas foi aos bancos em busca das linhas especiais de crédito, inscrevendo seus empregados no Programa de Manutenção do Emprego e Renda.

Alguns segmentos e parte das empresas, principalmente as micro e pequenas, buscaram maneiras alternativas de fazer negócios no momento da pandemia e do isolamento social, que levaram à adaptação dos estabelecimentos e de seus produtos a essa realidade, utilizando, de forma diferenciada e muito criativa, todas as inovações tecnológicas advindas da rede internet. Os escritórios e a administração pública apelaram

para o home-office, para o teletrabalho, com seus funcionários exercendo as atividades regulares a partir da própria residência; a rede privada de ensino – básico e superior – assumiu a forma EAD; o comércio tradicional – lojas, farmácias, mercados e restaurantes – passou a utilizar os aplicativos, criando promoções, o e-commerce do marketing com o uso intensivo das redes sociais e novas formas eletrônicas de pagamento; esse comércio incorporou o delivery em parcerias com motoristas de táxi, de Uber, trabalhadores de motos e bicicletas, que fazem funcionar os serviços de entrega para a rede de restaurante e de lojas comerciais, beneficiárias do sistema “pague e leve”; o varejo popular utilizou a estratégia quase informal, atendendo à clientela da vizinhança, das ruas próximas do bairro, de maneira quase artesanal. Gradativamente, esses setores foram encontrando fórmulas que permitiram aliviar o caixa e tocar seus negócios, quebrando o isolamento social e os limites legais de funcionamento.

Apesar das notícias de dificuldades reais, a maioria das empresas realizou o planejamento mínimo, aquele que permitia pagar as suas despesas inadiáveis, como aluguel, telefone, água, energia e internet. Foram, também, renegociando prazos e valores com os bancos e fornecedores, obrigando-se a uma nova postura negociadora. Os pacotes tributários – municipais, estaduais e federais – instituíram o adiamento de pagamentos de impostos, que não é isenção, mas uma dívida protelada, a ser paga nos meses finais do segundo semestre. A oferta de crédito bancário emergencial para capital de giro e investimento também passou a existir, mas a demanda esteve baixa, muito aquém do esperado. No tocante ao subsídio para a manutenção dos postos de trabalho, esse recurso foi acessado de maneira ampla, por micro, pequenas e médias empresas, renegociando a folha de pessoal, reduzindo a jornada de trabalho, garantindo assim o emprego de milhares de trabalhadores.

No segundo semestre, a retomada das atividades econômicas na capital iniciou seus movimentos após o decreto estadual de dois de julho, acompanhado pelo decreto de liberação da Prefeitura de Maceió, marcando a volta, gradual e paulatina, das atividades comerciais afetadas pelo isolamento social. A decisão anterior de fechamento da economia, baseada no “Isolamento Social”, deu lugar ao flexível “Distanciamento Social Controlado”.

A volta de algumas atividades coincidiu com a prorrogação das medidas de apoio à economia, principalmente dos instrumentos de defesa da renda das famílias (auxílio emergencial), do emprego, com o Programa de Manutenção do Emprego e da Renda, e das linhas especiais de crédito. Os meses de julho a dezembro foram de continuidade do funcionamento da economia local baseado na presença dos instrumentos de apoio institucional, que impactam na renda e nas condições de sobrevivência das empresas.

**Epidemia e pobreza.** A Covid 19 gerou uma crise na área sanitária, uma epidemia que já infectou 6,8 milhões de pessoas no país e levou a óbito 180 mil brasileiros. No Nordeste, são 1,5 milhão mil infectados e 45 mil mortos. Em 30 de novembro, registravam-se em Alagoas mais de 94 mil infectados e 2.300 mortos<sup>10</sup>. Segundo o Boletim da Secretaria da Saúde (Nº269), a epidemia cobre todo o território de Alagoas, chegando a todos os municípios, do litoral ao sertão. No entanto, mostra diferenças espaciais significativas, como em todos os estados e regiões, correspondendo seus números de infectados e mortos às maiores cidades, com maior peso econômico. No final do primeiro semestre, a Secretaria de Saúde informava que quase metade dos infectados e das mortes estavam na capital. Isso se deve a uma razão objetiva: Maceió é uma cidade com mais de

---

<sup>10</sup> Boletim SESAU, n.269 (30/11/2020)



um milhão de habitantes, com um forte movimento comercial e de serviços nos seus 50 bairros; centralizando os polos de saúde, de educação técnica e superior, financeiro, cultural, de turismo e parte expressiva do parque industrial de Alagoas. Maceió é, também, o centro administrativo e a sede política, concentrando 42% da economia do Estado. Por essas características, a economia da cidade atende sua população, atraindo, também, milhares de pessoas que trabalham ou estudam na capital, e consumidores dos outros municípios, principalmente os da Região Metropolitana, fortemente vinculados a Maceió, gerando um movimento comercial e de serviços maior que as demais localidades e acarretando mais aglomerações.

O impacto do decreto emergencial tem aspectos diferenciados no conjunto dos municípios alagoanos, correspondendo ao peso demográfico e econômico de cada localidade. Há uma correspondência geral entre o tamanho da população, a presença relativa no PIB e o número de infectados. Os efeitos do decreto são mais sentidos nas cidades maiores, nas quais os setores do comércio e serviços estão mais presentes. As duas cidades mais afetadas são Maceió, a capital, seguida de Arapiraca, principal cidade do interior, com mais de 200 mil habitantes.

Na estrutura municipal alagoana, depois da capital, encontramos um conjunto de onze localidades consideradas sedes mesorregionais, cidades de porte médio, que têm maior movimento comercial e de serviços, polarizando os municípios vizinhos, representando aproximadamente 28% do PIB estadual, formando um bloco cobrindo a segunda maior área de expansão da epidemia, com 32% dos infectados. Nessas doze maiores localidades (Maceió mais as 11 sedes mesorregionais), representando quase 70% da economia estadual, concentram-se 60% dos infectados e das mortes vítimas da epidemia (Boletim 269). No conjunto de seus 102 municípios, Alagoas possui outras 90 cidades menores em termos populacionais e de menor expressão econômica; desses municípios, 61 registram menos de 10 óbitos, sendo que dois deles (Monteirópolis e São Brás) não apresentam óbitos por Covid-19.

#### ALAGOAS: EVOLUÇÃO MENSAL DA EPIDEMIA (março-novembro)

DATA	ALAGOAS		MACEIÓ	
	INFECTADOS	ÓBITOS	INFECTADOS	ÓBITOS
31/MARÇO	18	1	13	1
30/ABRIL	1.045	47	853	32
31/MAIO	10.288	443	5.891	275
30/JUNHO	35.802	1.048	15.404	600
31/JULHO	59.725	1.567	22.399	723
31/AGOSTO	78.804	1.887	25.923	864
30/SETEMBRO	87.504	2.078	28.857	958
31/OUTUBRO	90.789	2.238	29.558	999
30/NOVEMBRO	94.984	2.339	31.028	1.029

Fonte: SESAU (2020).

**A renda dos trabalhadores.** A recessão econômica (2015-2016) e os anos de baixo crescimento (2017-2019) penalizaram a economia dos estados nordestinos, ao tempo em que os cortes nos gastos sociais nesse período provocaram ainda mais pobreza. A Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) de 2016 registra 1,1 milhão de famílias residentes em Alagoas; desse universo, 660 mil estão inscritas no Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal, com destaque para as 400 mil famílias vivendo na

extrema pobreza<sup>11</sup>. A situação social da população alagoana é caracterizada pela pobreza da maioria de sua gente e pela desigualdade entre os estratos sociais de renda e, desde 2015, refletindo as dificuldades da economia, há uma tendência de aceleração desses dois fenômenos, que vem sendo registrada desde 2016, como mostrou o documento “Síntese de Indicadores Sociais” do IBGE<sup>12</sup>.

Em 2019, quatro das cinco regiões brasileiras apresentaram redução de desigualdade de renda. A única onde ocorreu o aumento na desigualdade foi justamente o Nordeste. Índice de Gini da região passou de 0,545 para 0,559. Esse indicador varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de zero, mais equilibrada a distribuição de renda entre a população. Segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2020), a forte alta na renda da população 1% mais rica e perdas nos rendimentos na faixa dos 10% mais pobres da Região contribuíram para maior concentração de renda. No Nordeste, a massa do rendimento médio mensal real domiciliar em 2019 alcançou R\$ 60,3 bilhões, com os 10% mais pobres da população acumulando apenas 0,6% desse total; já os 10% mais ricos acumulam 44,4% do total da massa do rendimento médio mensal regional<sup>13</sup>.

Como em todos os estados nordestinos, a pandemia atingiu a sociedade com suas características de pobreza econômica e social, principalmente os trabalhadores pobres. Na atual conjuntura, para se compreender a força das transferências e da renda social pública, é necessário entender a estrutura da renda nas atividades econômicas de Alagoas. Essa renda é dimensionada a cada três meses pelo IBGE. Recentemente (27/11), saiu a edição da PNAD Contínua (PNADC) para o trimestre julho/agosto/setembro.

Apesar de todos os recursos emergenciais no enfrentamento da pandemia, o quadro de pobreza em Alagoas ficou ainda mais grave que no trimestre anterior e o desemprego subiu um pouco mais (20%), constituindo-se na terceira maior taxa do Brasil; a subutilização da força de trabalho chegou a 45,6%, a segunda maior do país, assim como a taxa dos informais (48,6%). O isolamento social teve como consequência o aumento das características históricas da economia alagoana e do mundo do trabalho em Alagoas: a informalidade, o desemprego e a subutilização da força de trabalho.

São 3,3 milhões de alagoanos residentes, 2,6 milhões são maiores de 14 anos, com idade de trabalhar. No Estado, a força de trabalho (pessoas ocupadas e desocupadas) é formada por um conjunto de 1,1 milhão de pessoas. Desses, 892 mil são os ocupados, 606 mil são empregados (nos setores públicos e privados e serviços domésticos), 22 mil são empregadores e 233 mil trabalhadores por conta-própria (autônomos). Nessa força de trabalho, 461 mil pessoas estão no conjunto das ocupadas, mas estão na informalidade, sem contrato ou, quando autônomos, sem documentação, representando 48,2% desse conjunto amplo.

Nesse mesmo conjunto (força de trabalho + força de trabalho potencial), 791 mil pessoas (45,4%) compõem o conjunto dos subutilizados, composto por 222 mil desocupados (que buscam emprego), por 427 mil pessoas que estão na categoria “potencial da força de trabalho” formada, basicamente, por desalentados (que deixaram de procurar emprego) e por mais 111 mil pessoas que, apesar de ocupadas, são subutilizadas por insuficiência de horas trabalhadas, e, por isso, não considerados trabalhadores plenos. Esse vem sendo um universo de trabalhadores majoritariamente pobres, sem atividade regular ou garantias sociais.

---

<sup>11</sup> Ministério da Cidadania (2020)

<sup>12</sup> IBGE. SIS (2020)

<sup>13</sup> BNB (2020b)

**ALAGOAS: INDICADORES PARA TRABALHO E RENDIMENTO (2020) (mil)**

CATEGORIAS	jul-set/2019	abr-jun/2020	jul-set/2020
População com + 14 ANOS	2.655	2.631	2.646
Força de Trabalho	1.214	1.101	1.114
Ocupada	1.027	905	892
Desocupada	186	197	222
Empregado	686	607	606
Setor Privado (s/cart.)	433 (152)	366 (126)	362 (112)
Setor Público (s/cart.)	182 (59)	185 (50)	189 (61)
Domésticos (s/cart.)	71 (53)	57 (46)	55 (44)
Empregador (s/CNPJ)	29 (7)	29 (7)	22 (8)
Conta-própria (s/CNPJ)	291 (260)	241 (213)	233 (205)
Trabalhador Familiar Auxiliar	22	28	31
Informais	553	470	461
Força de Trabalho Subutilizada	523	698	761
Com insuficiência de horas tra.	68	98	111
Potencial (Desalentados)	272 (239)	403 (287)	427 (307)

Fonte: IBGE (Pnad, 2020).

Como era de se esperar, a renda média do trabalho em Alagoas (R\$ 1.543) é mais baixa que a renda média do Brasil (R\$ 2.554) e também menor, ainda levemente, que a renda nordestina (R\$1.709). Ademais da pouca dinâmica econômica, do grau menos elevado de escolaridade e da formação profissional deficiente dessa força de trabalho, o rendimento dos assalariados é empurrado para baixo pela presença de um grande contingente de trabalhadores na informalidade e, principalmente, no conjunto dos “subutilizados”, onde se registra a disponibilidade de seiscentas mil pessoas desocupadas ou desalentadas. Essa pobreza social explica a importância da massiva renda social pública.

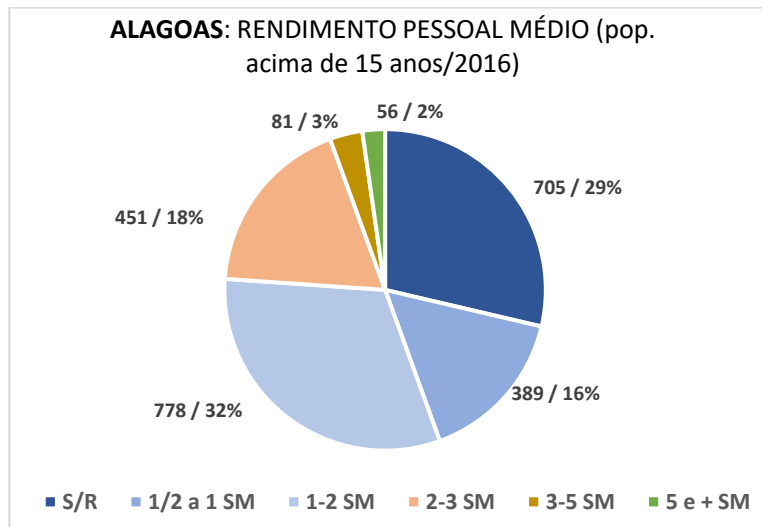
**ALAGOAS: RENDIMENTO MÉDIO REAL DE TODOS OS TRABALHOS (2020). (mil)**

ESTADO/REGIÃO	jul/set/2019	abr/jun/2020	jul/set/2020
ALAGOAS	1.589	1.565	1.543
NORDESTE	1.623	1.756	1.709
BRASIL	2.359	2.519	2.554
SÃO PAULO	3.004	3.190	3.366

Fonte: IBGE (Pnad, 2020).

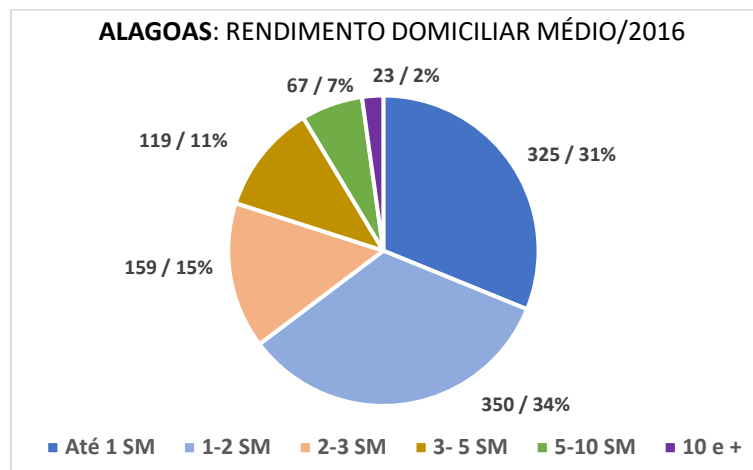
Essa estrutura de renda da sociedade e de seus trabalhadores determina o perfil geral de renda das famílias em Alagoas. A mais recente PNAD (2016) revela a distribuição do rendimento médio pessoal dos 2,5 milhões de alagoanos com mais de 15 anos, com idade de trabalhar; e o rendimento médio dos mais de um milhão de domicílios existentes. Na população em idade de trabalhar, 705 mil não tinham rendimento, 389 mil recebiam entre meio e um salário mínimo e 778 mil tinham renda entre um e dois salários, perfazendo um total de 1,8 milhão de pessoas, ou 77% da população acima de 15 anos. Esse público compõe o que os institutos de pesquisa consideram público D e E de consumo (até 2 SM). No outro lado, encontram-se 451 mil alagoanos recebendo entre 2 e 3 salários, 86 mil entre 3 e 5 salários e 56 mil acima de cinco salários mínimos. Nesses três blocos

estão as famílias dos chamados públicos A, B e C de consumo. Essa divisão acompanha a metodologia da ABEP, elaborada com critérios para todo o país.



Fonte: PNAD/IBGE (2020)

A pobreza geral fica evidente quando se trabalha o rendimento familiar domiciliar. No cálculo do rendimento médio familiar, a soma das rendas individuais por residência configura um novo quadro, com uma maioria (65%) de até 2 salários e, nos demais estratos, a soma das rendas pessoais de domicílios desenha a posição dos estratos de renda maior. No entanto, levando-se em conta o salário mínimo necessário para sustentar uma família de quatro pessoas que, em novembro de 2020, seria de R\$ 5,2 mil, segundo os cálculos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), 80% das famílias alagoanas estariam abaixo desse rendimento.



Nesse quadro, o isolamento social, ao paralisar algumas atividades, acentuou essas dificuldades. Um fenômeno nacional, mas que em estados pobres como Alagoas teve uma força ainda maior. No período da pandemia e do isolamento social, as atividades produtivas foram afetadas, o desemprego aumentou, a queda da renda média atingiu os trabalhadores mais pobres e famílias de baixa renda, fazendo diminuir o consumo e, claro, penalizando os segmentos mais vulneráveis da população. Uma situação que, nestes dois

semestres, está sendo parcialmente compensada pelas políticas emergenciais, mas de caráter transitório.

Nos meses da pandemia, a entrada do Auxílio Emergencial (AE), o pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), a antecipação da 13ª parcela do INSS, disponibilizada juntamente com os benefícios regulares nos meses de abril e maio, coincidiram com a liberação das parcelas do FGTS e os pagamentos do Seguro-Desemprego. Isso permitiu ver com mais clareza a pobreza alagoana e a força desses mecanismos de renda pública na sociedade e na economia do Estado. Quando somados esses valores: 770 milhões mensais do AE, mais 740 milhões da previdência (benefícios e BPC), mais 28 milhões do Seguro-Desemprego, mais as parcelas do FGTS, pode-se afirmar, com certeza, que a renda social pública ultrapassa a renda obtida por todos os trabalhadores formais e informais: das empresas privadas, dos serviços públicos, dos autônomos (conta-própria), dos empregados domésticos e dos empregadores.

Uma realidade que desperta a atenção nacional. O site Poder 360º publicou com destaque o fato de 10 estados (entre eles, Alagoas) terem mais beneficiários do programa Bolsa Família que trabalhadores com carteira assinada. Na semana seguinte, a mesma fonte publicou os dados comparativos entre o número de beneficiários do Auxílio Emergencial e o contingente de trabalhadores formais. Dessa vez, 25 unidades entraram na lista (Alagoas incluída)<sup>14</sup>. Se a comparação fosse realizada entre os beneficiários da Previdência e a mesma base comparativa (trabalhadores formais), o resultado seria semelhante.

## A rede de proteção e financiamento

Com a crise, um intenso debate sobre como se deveria realizar o enfrentamento dos desafios colocados pela epidemia tanto para a saúde pública, como pelos seus impactos sociais e econômicos, espalhou-se imediatamente pelo país, realçando a importância da intervenção estatal e o papel das políticas públicas. As propostas apresentadas, muitas delas inspiradas em iniciativas já levadas à prática por países nos quais a epidemia tinha avançado mais cedo, foram discutidas e, algumas delas, levadas para o Congresso Nacional, transformadas em projetos, votados e aprovados numa velocidade compatível com a necessidade do momento. Resumidamente, quatro tipos de políticas públicas, com suas medidas emergenciais de proteção e financiamento (datadas para o período de dois ou três meses, mas que foram prorrogadas), ficaram assim definidas: a) defesa da renda das famílias; b) defesa do emprego; c) defesa das empresas; e, d) fortalecimento das instituições governamentais: estados e prefeituras.

Verificando as experiências de outros países, notam-se as semelhanças com as políticas adotadas no Brasil. Todas elas têm o mesmo sentido: garantir a renda básica das famílias; manter, ao máximo, os empregos existentes; criar e ampliar os recursos financeiros e mecanismos tributários para que as empresas consigam atravessar esse período; e fortalecer financeiramente as instituições públicas envolvidas diretamente no combate à pandemia – os estados e municípios – para que possam enfrentar o período especial de crise. As medidas dirigidas às famílias foram: a transferência direta de renda (auxílio emergencial), e a antecipação da parcela da Previdência para a manutenção do consumo e evitar mais dívidas; as dirigidas às empresas são, principalmente, recursos financeiros destinados ao pagamento da folha de pessoal, por meio de linhas especiais de

---

<sup>14</sup> Poder 360º (18/08/2020)



crédito, mantendo os empregos; assim como a liberação de recursos, especialmente para as microempresas, e medidas facilitadoras da renegociação de dívidas; e recursos foram destinados aos estados e municípios para cobrir as perdas de receita, permitindo melhoria de capacidade de intervenção na área da saúde.

Sem esses recursos, o consumo da sociedade e a economia dos estados e municípios entrariam em colapso imediato porque seria reduzido o consumo de dois terços das famílias mais pobres, quebrando mais empresas, aumentando o desemprego, penalizando as finanças estaduais e municipais, tornando ainda mais difícil o processo de retomada econômica. Socialmente, todos os municípios alagoanos dependem da renda combinada entre os recursos da Previdência Social e dos pagamentos às famílias inscritas no Programa Bolsa Família; e, no tocante às finanças públicas, suas prefeituras são dependentes das transferências constitucionais obrigatórias e voluntárias (FPM, Fundeb, convênios, etc.).

Nessa conjuntura de crise, com o aumento do desemprego e queda da renda média, os recursos pagos pelas instituições públicas crescem de importância em todos os municípios, não apenas nos mais pobres e pequenos. Essa situação pode ser exemplificada com o caso de Arapiraca, a mais rica e populosa localidade do interior do estado (68 mil famílias, 230 mil habitantes), onde 41 mil pessoas recebem, mensalmente, benefícios da previdência social e, desde abril, 88 mil pessoas passaram a receber o auxílio emergencial, incluídos como beneficiários desse auxílio os 21 mil inscritos no Programa Bolsa Família. São 129 mil pessoas e suas famílias nos dois programas, a maioria absoluta da população local, que, mesmo no município mais rico e dinâmico do interior, depende dessa renda, determinante na vida social e no ritmo da economia.

## Defesa da renda

Na definição de uma política de defesa da renda, o principal e inovador instrumento foi o Projeto de Lei 1.066/2020, aprovado no Congresso Nacional (PL 1.066/2020), em 30 de março, sancionado pelo presidente da República em 1º de abril, instituindo a Renda Básica de Emergência, conhecido como Auxílio Emergencial (AE). Esse benefício é destinado a enfrentar o aumento do desemprego e a queda da renda média da população, que prevê, durante os meses da pandemia, um benefício de R\$ 600,00 mensais a trabalhadores informais e pessoas inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal. No caso das mães solteiras com filhos, inscritas no Programa Bolsa Família, o valor poderá chegar a R\$1.200,00 por família.

Entre os beneficiários com direitos a recebê-lo estão: desempregados, trabalhadores informais sem renda fixa, conta-própria, microempreendedores individuais, empregados domésticos sem carteira, pessoal do Programa Bolsa Família e famílias inscritas no Cadastro Único, do Ministério da Cidadania<sup>15</sup>. No mês de abril, o Congresso Nacional, uma semana depois da aprovação da Renda Básica de Emergência, ampliou esse direito para 25 novas categorias, o que fez crescer o número de beneficiários em, pelo menos, 25%<sup>16</sup>. Pela amplitude da proposta, 67 milhões de brasileiros tiveram acesso à renda mínima de R\$ 600,00, definida, inicialmente, para os três primeiros meses de crise, sendo prorrogada até dezembro, com valor básico de R\$300,00.

Para Alagoas, devido aos números da pobreza social, a expectativa era muito grande: o público potencial somava 157 mil trabalhadores no setor privado que não

---

<sup>15</sup> Ministério da Cidadania (2020)

<sup>16</sup> Senado (22/04/2020)

tinham nenhuma forma de contrato; mais as 50 mil domésticas sem carteira assinada; 238 mil autônomos, aqueles que mantêm suas atividades econômicas por conta própria, sem carteira ou CNPJ; os 95 mil microempreendedores individuais, os 199 mil desempregados e, claro, os 450 mil inscritos no Bolsa Família. Somados, o público potencial chegava a 1,2 milhão de pessoas. No mês de maio, todos estavam recebendo, significando um grau de cobertura maior e quase universal. Como os pagamentos são pessoais, eles coincidem em alguns domicílios. Segundo o Ibge, 63,3% das famílias alagoanas recebiam o Auxílio, correspondendo a, aproximadamente, 700 mil dos 1,1 milhão de domicílios existentes,

Uma renda considerada razoável, na medida em que o valor pago a uma mãe solteira, sem outra fonte de renda, R\$1.200,00, era maior que o salário mínimo atual (R\$ 1.045,00), maior que a renda dos trabalhadores autônomos sem CNPJ (R\$1.049,00), maior que a renda dos empregados do setor privado sem carteira (R\$795) e seis vezes, em média, o valor do Bolsa Família (R\$186,00). Essa renda é, talvez, a maior conquista neste período emergencial, na medida em que garante, nos meses da pandemia, a cobertura do consumo básico das famílias mais pobres.

Outra iniciativa de apoio à renda familiar foi a antecipação, por parte da Previdência Social, da 13ª parcela que seria paga aos aposentados e pensionistas do INSS no final do ano, dividindo-a em duas partes, a primeira paga em abril e a segunda em maio, ampliando em 50% o poder de compra das 418.000 pessoas (e suas respectivas famílias). O INSS paga, mensalmente, a 536 mil alagoanos, 418 mil beneficiários diretos da Previdência (aposentados e pensionistas) e as 117 mil pessoas que têm direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Por lei, os beneficiários alagoanos do BPC, que recebem pelo INSS, não têm direito a essa 13ª parcela. No mês de abril, o INSS depositou 745 milhões de reais na conta de seus 418 mil aposentados e pensionistas e mais R\$ 119 milhões na conta dos 117 mil beneficiários do BPC. A soma dos recursos da Previdência mais os do Auxílio Emergencial (AE) ultrapassa, mensalmente, a R\$ 1,5 bilhão.

A antecipação de recursos do FGTS foi outra medida emergencial para fortalecer a renda das famílias. O resgate emergencial de R\$ 1.045 do FGTS por trabalhador, a partir de junho, significa o equivalente ao salário mínimo de 2020. Todos os trabalhadores com saldo em conta ativa (emprego atual) ou inativa (empregos anteriores) tiveram direito de resgatar o valor, liberado num calendário de pagamentos de junho até 31 de dezembro de 2020, de acordo com o mês de nascimento do trabalhador. Aproximadamente 300 mil alagoanos acessarão esse recurso, o que significa mais R\$ 300 milhões para o consumo nesse período.

Como medida complementar, foi aprovada a isenção do pagamento da conta mensal de energia das famílias inscritas no Programa de Tarifa Social de Energia Elétrica, registradas no Cadastro Único e que consomem até 220 kWh/mês. Essa medida, cujo número de beneficiários atinge 400 mil famílias, foi adotada no sentido de apoio à renda familiar da população mais pobre, representando uma economia média de 80/100 reais ao mês. Por outro lado, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) suspendeu a possibilidade de corte de energia residencial de todos os inadimplentes durante os três primeiros meses de pandemia.

## **Defesa dos empregos**

Durante a vigência do decreto de isolamento social necessário para retardar a disseminação do vírus, o enfrentamento da nova situação ocorreu por alguns caminhos e instrumentos já experimentados com sucesso em outros lugares. Nos meses da retração econômica (março-abril) esperava-se um aumento expressivo do desemprego. O tema da

defesa do emprego entrou em pauta imediatamente no debate sobre as medidas econômicas a serem adotadas, e desse debate nasceu a Medida Provisória 936, conhecida como Programa Emergencial de Manutenção do Emprego, enviada ao Congresso Nacional, com data de 1º de abril de 2020.

Esse programa é o principal instrumento de defesa dos assalariados com contrato de trabalho celetista, com o objetivo declarado de manter empregos e a remuneração dos trabalhadores atingidos pelo impacto da epidemia de coronavírus sobre as atividades econômicas. Em Alagoas, o público desse programa, o conjunto de trabalhadores formais, alcança 347.996 assalariados com carteiras assinadas, concentrados nos setores de comércio e serviços.

#### ALAGOAS: TRABALHADORES FORMAIS (2019)

GRUPAMENTO	ESTOQUE	CELETISTA	ESTATUTÁRIO	SALÁRIO MÉDIO
SERVIÇOS	304.745	160.192	144.553	2.869,45
COMÉRCIO	86.371	86.371	-----	1.488,47
INDÚSTRIA	69.276	68.647	629	2.066,03
CONSTRUÇÃO	23.447	23.477	-----	1.663,89
AGROPECUÁRIA	9.339	9.339	-----	1.358,25
TOTAL	493.178	347.996	145.182	2.445,72

Fonte: RAIS/MTE (2020)

A MP autoriza a redução temporária da jornada de trabalho e dos salários, na mesma proporção, bem como a suspensão dos contratos de trabalho, oferecendo uma compensação – o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda – cobrindo parte da perda de rendimentos durante esse período. Com a cessação do estado de calamidade, do prazo pactuado ou caso o empregador decida antecipar seu encerramento, a jornada e o salário voltam ao patamar anterior, com o emprego garantido.

Esse programa de subsídio garante o direito do trabalhador de permanecer com contrato pelo mesmo tempo do subsídio recebido, assegurando, assim, um tempo suficiente para que esse posto de trabalho seja mantido. Empresas e trabalhadores, individualmente ou com assistência dos sindicatos, negociaram acordos coletivos ou individuais, na expectativa de volta ao trabalho depois da epidemia.<sup>17</sup> No Brasil, são 19 milhões de contratos firmados, entre abril e dezembro, por esse programa de garantia da renda complementar<sup>18</sup>.

#### ALAGOAS: PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO E RENDA (2020)

TIPO DE CONTRATO	IDADE		SETOR		
Suspensão	88.924	Até 29 anos	63.697	Agropecuária	381
70%	62.233	30-39 anos	67.079	Comércio	58.048
50%	32.955	40-49 anos	44.539	Construção	4.680
25%	13.691	50 > anos	22.383	Indústria	17.896
-----	-----	-----	-----	Serviços	116.798
-----	197.803	-----	197.803	-----	197.803

Fonte: MTE (2020).

<sup>17</sup> DIEESE (2020).

<sup>18</sup> Ministério da Economia/Sec. Trabalho (2020)

O Programa de Manutenção do Emprego e Renda tem sustentado uma parte considerável dos empregos formais e das empresas, principalmente as MPE's. É o programa de maior impacto, logo depois do Auxílio Emergencial. O efeito primeiro, e mais importante, é o da garantia do posto de trabalho para um enorme contingente de assalariados formais. Segundo pelo apoio à sobrevivência das empresas. Pelos dados do Ministério da Economia, 15.500 empresas alagoanas utilizaram, de abril a dezembro, os mecanismos de apoio desse programa, realizando 197 mil contratos de redução ou suspensão de emprego.

## Defesa das empresas

**As MPE's.** Nos setores de comércio e serviços, ainda que tenhamos as presenças das redes nacionais e dos *shoppings centers*; e na área industrial, das grandes empresas, a maioria esmagadora do tecido empresarial é, predominantemente, composta pelas micro e pequenas empresas, representando 95% das unidades existentes no Estado. Alagoas possui 166 mil empresas sob esse estatuto (ver a tabela na página seguinte). São duas categorias diferentes, as MPE's e os MEI. Para a Receita Federal, existem registradas em Alagoas 63 mil MPE's: as 54 mil microempresas (ME), com até nove trabalhadores e receita de até 360 mil por ano, ou seja, até 30 mil ao mês, e as 9 mil EPP (Empresas de Pequeno Porte), empresas com mais 10 e menos de 49 empregados, na área de serviços e comércio, e entre 20 e 99 trabalhadores no caso da indústria, com receita anual entre 360 mil e 4,8 milhões de reais. Por outro lado, os microempreendedores individuais, os MEI, caracterizam-se como um empreendimento que emprega até uma pessoa e tem receita de até 81 mil reais por ano, formando um grupo expressivo com 95 mil pessoas que optaram, por vocação ou necessidade, por abrir uma empresa. Mais oito mil empresas de outros portes completam o tecido empresarial alagoano.

Nessa crise provocada pela epidemia, esses dois grupos – MPE's e MEI's – sofrem por suas dificuldades estruturais: volume pequeno de venda, baixa incorporação de tecnologia, pouca reserva de capital, difícil acesso a banco ou outra instituição financeira e as tradicionais dificuldades de gestão. As microempresas, tradicionalmente, trabalham sob uma pressão intensa da concorrência próxima, na mesma rua ou parte do bairro, onde está sua clientela. Além dos limites estruturais, apresentam dificuldades conjunturais, na medida em que seu público consumidor, sua clientela, é formada, basicamente, pelos segmentos C, D e E de consumo, de renda menor, para os quais o impacto negativo de uma crise é imediatamente sentido quando acontece o aumento do desemprego ou queda da renda média das famílias desses segmentos, a exemplo dos anos 2015/2019.

No entanto, mesmo no período da pandemia, a necessidade de buscar uma alternativa de renda ou desenvolver uma atividade econômica em forma de um pequeno negócio não parou. A criação de empresas pelo sistema Simples Nacional, nos dez primeiros meses do ano, refletiu tanto o momento de propagação da Covid 19, que dificultava o acesso ao mercado, como a existência do Auxílio Emergencial, que estimulava o consumo em suas formas extraordinárias. Este ano, a abertura de empreendimentos com exigência de maior aporte de recursos, como as novas MPE's (microempresas/ME e empresas de pequeno porte/EPP), teve uma queda no primeiro semestre, mas se recuperou, apresentando um resultado (5.314) que supera o de 2019 (4.915); enquanto as MEI's (microempreendedor individual), que servem de alternativa ao desemprego, pelo viés do "empreendedorismo por necessidade", mantiveram seus números médios de registros mensais, alcançando, em novembro, inscrições (15.258) bem maiores que as obtidas no mesmo período de 2019 (12.201).

## ALAGOAS: CRIAÇÃO DE MPE'S E MEI'S (jan-nov/2020)

	ESTOQUE			NOVAS (SIMPLES NACIONAL)		
	MPE's	MEI	TOTAL	MPE's	MEI	TOTAL
JAN	38.928	93.411	132.339	-4003	1.524	-2.479
FEV	41.313	94.528	135.841	2.385	1.117	3.502
MAR	41.821	95.891	137.712	508	1.363	1.871
ABR	41.984	97.051	139.035	163	1.160	1.323
MAI	42.091	98.200	140.291	107	1.149	1.256
JUN	42.283	99.545	141.828	192	1.345	1.537
JUL	42.492	101.609	144.101	209	2.064	2.263
AGO	42.941	103.260	146.201	449	1.651	2.100
SET	43.308	105.226	148.534	367	1.996	2.363
OUT	43.703	107.038	150.741	395	1.812	2.207
NOV	44.062	108.669	152.731	359	1.631	1.990
----	-----	-----	-----	5.134	15.258	20.392

Fonte: Receita Federal (2020).

### As linhas e os programas especiais

Nos meses de abril e maio, foram ampliados ou criados vários programas e linhas emergenciais de crédito dirigidas às empresas, principalmente as MPE's, para o pagamento da folha de pessoal ou financiamento de capital de giro. As linhas emergenciais de financiamento, com recursos do Tesouro Nacional/Banco Central, permitindo taxas baixas de juros e prazos alongados de pagamento, impactaram junto às empresas, principalmente as MPE's, resultando em melhores desempenhos e taxas menores de fechamento de empreendimentos, que os esperados num cenário desfavorável da economia brasileira.

O primeiro instrumento mobilizado foi o Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas (Fampe), um antigo instrumento financeiro criado exclusivamente com recursos do Sebrae. A Caixa Econômica, contando com o apoio desse fundo, abriu uma linha especial, oferecendo as garantias complementares, estimadas em 7,5 bilhões de reais para as micro, pequenas empresas e microempreendedores individuais (MEI). Era uma linha atrativa destinada a empréstimos com prazos de carência de 9 a 12 meses, para serem pagos em períodos que variavam de dois a três anos, com juros de 1,19% a 1,59% a.m. Para os MEI's, a Caixa apresentava um limite de 12,5 mil, com carência de 9 meses e prazo de amortização de 24 meses; para as micro, um limite de 75 mil reais, com carência de 12 meses e pagamento em 30 meses; e, para as EPP, até 125 mil.

Em abril, foi criado o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), operacionalizado pelo BNDES e supervisionado pelo Banco Central, com recursos majoritários do Tesouro Nacional para financiamento da folha de pessoal das Empresas de Pequeno Porte (EPP). Para esse programa, o BNDES disponibilizou recursos na ordem de R\$ 40 bilhões, destinados à folha de pagamentos de pequenas e médias empresas. A maior parte, R\$ 34 bilhões, tem origem no Tesouro Nacional e R\$ 6 bilhões eram recursos de outros bancos. A taxa de juros cobrada ficara igual à taxa Selic de 3,75% a.a. (*spread* zero), com seis meses de carência e pagamento em 36 parcelas. Pelos cálculos do banco, seriam beneficiadas 1,4 milhão de empresas e 12,2 milhões de pessoas<sup>19</sup>.

<sup>19</sup> BNDES (2020)



No mês seguinte, como medida mais importante, o Congresso Nacional aprovou o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que entrou em vigor em junho, quando o Tesouro Nacional liberou 15,9 bilhões do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões. O FGO se dispõe a cobrir até 85% das perdas totais em casos de inadimplência. Imediatamente à aprovação, a Receita Federal enviou um comunicado a todas as micro e pequenas empresas optantes do Simples Nacional, informando que elas poderiam acessar o crédito do Pronampe, no limite de 30% do faturamento anual declarado em 2019 ou 50% do capital social.

Lançado em junho, o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac) é assegurado pelo Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), que foi criado em 2009 e administrado pelo BNDES para oferecer garantias às linhas de crédito do banco. Esse programa é uma iniciativa que objetiva agilizar o funcionamento do mercado de crédito, reduzindo o risco da inadimplência para as instituições financeiras concedentes do crédito, priorizando as pequenas e médias empresas, as que acessam entre R\$ 5 mil e R\$ 10 milhões. Trinta e oito agentes financeiros (bancos, cooperativas de crédito, agências de fomento) foram habilitados a operar esses recursos e realizar empréstimos, estando entre eles instituições de desenvolvimento estadual, como a Desenvolve/SP, BDMG e Desenbahia, e também os maiores bancos privados do país.

Nos três primeiros meses, as MPE's, alvo principal dos programas, tiveram pouco acesso a esses recursos. Mesmo sendo empréstimos com juros baixos, prazos amplos de carência e formas suaves de pagamento, as linhas de crédito não estavam sendo acessadas de forma massiva, pela dependência de vários fatores: a) de forma geral, nas microempresas (ME) e MEI's não há tradição de trânsito com a rede financeira, o banco é mais utilizado para o fluxo de receitas e despesas da pessoa física (micro ou MEI) e não para empréstimos direcionados ao investimento como pessoa jurídica; b) a burocracia e suas barreiras legais, na medida em que as empresas tinham dificuldades de apresentar a documentação e as garantias exigidas para acessar o crédito, obrigando o Banco Central a liberar empréstimos da rede bancária pública mesmo para os que têm dívidas com a União (FGTS e dívidas fiscais); c) terceiro era o receio do endividamento por parte das empresas que já estavam em situação delicada antes da crise e que, por não visualizarem o cenário do retorno, ficaram receosas de ter acesso ao crédito.

Durante os meses de abril, maio e junho, a conjuntura era de crescente necessidade de crédito das empresas que, mesmo abertas, não obtinham receita suficiente, ou das que buscavam crédito para os gastos com a reabertura. Houve assim a constatação de que os recursos disponibilizados por esses programas especiais, por razões burocráticas, exigências de garantias e pelo volume reduzido, não estavam atendendo à demanda.

Os balanços da execução dessas linhas emergenciais foram alvo de muitas críticas, alimentando a pressão das entidades empresariais no sentido de mudanças nas linhas especiais de crédito. Essa pressão resultou na regulamentação, em 20 de julho, pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE), com o papel de “destravar” o crédito para os micro, pequenos e médios empresários, ao lado do Pronampe, PESE, Fampe e FGI (Peac). O CGPE destina pelo menos 80% dos recursos às MPE's e terá carência e prazo mínimos de 6 e 36 meses, respectivamente. O novo programa é custeado com recursos próprios dos bancos, que poderão utilizar parte das suas perdas para ter benefício fiscal no pagamento do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). São operações simplificadas, sem exigências de contrapartidas específicas às empresas tomadoras dos

empréstimos, que ficam dispensadas de apresentar uma série de certidões, como regularidade junto ao INSS e à Fazenda<sup>20</sup>.

Com as novas medidas, o processo ficou mais rápido e o volume de crédito foi ampliado pela entrada, nos programas emergenciais de crédito, de mais recursos do tipo ‘direcionado’, para os quais o Tesouro e o Banco Central determinam sua destinação para certo segmento ou modalidade e as taxas são subsidiadas e monitoradas, diferentemente dos recursos do tipo ‘livre’ quando o dinheiro emprestado é próprio, com taxa maior de risco e o banco define a taxa a ser cobrada. Essa iniciativa do Tesouro e Banco Central, ampliando garantias, explica a entrada expressiva dos bancos privados, dos bancos de desenvolvimento e cooperativas de crédito.

Em agosto, o BNDES anunciou novas contratações do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), que foi estendido até o dia 31 de outubro, permitindo às empresas a tomada de empréstimos em bancos que aderiram ao programa, com financiamento limitado a R\$ 2.090,00 (dois SM’s) por empregado, a cada folha de pagamento. No entanto, o PESE apresentou dificuldades e, dos 40 bilhões anunciados, apenas 7,2 bilhões foram acessados. Por outro lado, o Congresso permitiu a realização de uma segunda fase do Pronampe, considerado um dos programas de crédito mais bem-sucedidos na crise, com a autorização para a liberação de mais R\$ 12 bilhões de crédito extraordinário que será repassado ao Fundo Garantidor de Operações (FGO) para garantias dos empréstimos desse programa.

Mesmo depois desse ritmo mais forte de liberação, a oferta de crédito continua sendo limitada. Dados do Ministério da Economia com informações do crédito às micro e pequenas empresas, realizados pelos principais programas, mostravam que, até o dia 1º de setembro, o sistema financeiro tinha emprestado R\$ 47 bilhões, com destaque para a rede federal – Caixa, Banco do Brasil, BNDES e BNB –, responsável por 51% das operações. No entanto, nos meses de setembro a novembro, houve um aumento no volume de contratações, que passou a R\$ 136,3 bi. A liberação tem resultados diferentes por programa: BNDES (Giro): 3,5 bilhões; BNDES (FGI): 89,8 bilhões; Fampe: 2,3 bilhões; Pese: 7,2 bilhões e Pronampe: 32,8 bilhões<sup>21</sup>. Um volume ainda distante do montante que as empresas iriam necessitar, considerando o valor bruto da demanda de crédito – que seria de R\$ 472 bilhões, segundo a pesquisa *Crédito para os pequenos em tempos de pandemia*, da Fundação Getúlio Vargas, que também destacava o fato de os bancos estarem concedendo menos crédito em 2020 do que em 2019<sup>22</sup>.

Desde setembro, estimulados pelas garantias das várias linhas especiais garantidas pelo Tesouro Nacional e Banco Central, os grandes bancos privados (Bradesco, Itaú, Santander e Safra) entraram em cena, aumentaram suas participações (275.635 contratos, ou 33,8%), enquanto o sistema financeiro federal (Caixa Econômica, Banco do Brasil, BNDES, mais os dois bancos regionais, BNB e Banco da Amazônia) mantiveram suas presenças (363.444 empréstimos, ou 44,6% do total concedido). Os demais recursos estão sendo realizados pelas agências de fomento (SP, GO, PR, SC, RS e BA), bancos de desenvolvimento (Banrisul, Banestes, BRDE, BRB e BDMG), bancos cooperativos, cooperativas de crédito e outras pequenas instituições financeiras<sup>23</sup>.

Essa mudança é sentida nos planos regional e estadual. A pesquisa “O Impacto da pandemia nos pequenos negócios”, pela Unidade de Gestão Estratégica do Sebrae

---

<sup>20</sup> Valor Econômico (21/07/2020)

<sup>21</sup> Ministério da Economia (2020)

<sup>22</sup> FGV (2020)

<sup>23</sup> Ministério da Economia (18/11/2020)

Nacional, nas suas oito edições desde abril, revela, no âmbito dos estados, as dificuldades das microempresas e MEI's de acessar essas linhas de crédito. Nos meses iniciais, em Alagoas, mesmo reconhecendo a necessidade de crédito para a empresa atravessar o período da pandemia, uma maioria de 80% revelava não ter buscado empréstimo. Quase metade dessas empresas nunca tinha tomado um empréstimo e outra parcela, menor, tentou, mas não conseguiu. Mesmo com toda a divulgação, a ampla maioria das MPE's não conhecia as linhas emergenciais. No entanto, no segundo semestre, se constata uma evolução neste processo e, no mês de outubro, 30% dos consultados obtiveram o crédito desejado, quase todo nos bancos estatais (BB, CEF e BNB) <sup>24</sup>.

No sentido regional e estadual, essas linhas emergenciais de caráter nacional oferecem possibilidades de investimentos, preferencialmente para as MPE's. O BNDES, no âmbito dos recursos para as empresas dos estados brasileiros, principalmente para as micro e pequenas, aprovou, entre março e novembro deste ano, 85 projetos de empresas alagoanas: 73 no setor de comércio/serviços (R\$ 20 milhões), seis no setor industrial (R\$ 1,2 milhão), dois na área de infraestrutura (R\$ 270 mil) e um na agropecuária (330 mil), liberando, por meio das suas linhas emergenciais, recursos no valor de R\$ 22 milhões<sup>25</sup>. Empréstimos com valor médio de R\$250 mil.

No Nordeste, o BNB, em parceria com a Sudene, opera, desde 7 de abril, uma linha de crédito emergencial destinada a empresas da área de atuação da Sudene (inclui partes do território de Minas Gerais e Espírito Santo), com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) na ordem de R\$ 3 bilhões. Essa linha emergencial oferece taxa de juros de 2,5% ao ano e carência até 31 de dezembro de 2020; além dessas vantagens, beneficia investimento, incluindo capital de giro associado de até R\$ 200 mil e capital de giro isolado de até R\$ 100 mil. O prazo para investimento é de até 12 anos e para capital de giro isolado, de até 24 meses. Foram beneficiados empreendedores individuais (MEI's), pessoas físicas atendidas pelo programa de microcrédito do Banco, o Crediamigo, e empresas de todos os portes localizadas nos municípios em situação de emergência devido à crise sanitária e que estejam inseridos na área de atuação do BNB, os nove estados da região.

#### **NORDESTE: LINHA EMERGENCIAL DE CRÉDITO BNB/SUDENE (DEZEMBRO)**

<b>ESTADOS</b>	<b>VALORES (R\$)</b>	<b>%</b>	<b>QUANTIDADE DE OPERAÇÕES</b>
Ceará	639.926.521,40	22,1	47.624
Bahia	517.863.610,60	17,9	24.712
Pernambuco	346.236.736,80	11,9	11.373
Maranhão	273.764.339,40	9,4	17.232
Paraíba	234.142.301,70	8,1	9.264
Piauí	223.398.042,40	7,7	14.181
Rio Gr. do Norte	192.882.307,60	6,7	6.565
Minas Gerais*	156.213.142,20	5,4	5.686
Sergipe	146.987.126,60	5,1	10.096
ALAGOAS	131.719.564,20	4,5	6.929
Espírito Santo*	35.297.824,60	1,2	616
<b>TOTAL</b>	<b>2.898.431.517,60</b>	<b>100%</b>	<b>154.326</b>

Fonte: BNB (2020).

<sup>24</sup> SEBRAE (2020)

<sup>25</sup> BNDES (18/11/2020)

No Relatório mais recente (01/12), constam 154 mil empréstimos na região, destinados essencialmente para capital de giro (88%), basicamente das MPE's, que levaram 85% dos recursos para empresas dos setores de comércio e serviços (85%), sendo 790 da área de turismo. Para Alagoas, foram realizados 6.929 empréstimos num total de R\$ 131 milhões<sup>26</sup>. Empréstimos com valor médio de R\$ 19 mil. Essa linha especial para empresas nordestinas, tal como os demais programas de caráter nacional, ainda é insuficiente, em termos regionais. No plano estadual alagoano, o balanço da execução das linhas do BNDES e BNB apresenta volume ainda bastante reduzido diante das necessidades de um amplo conjunto de 73 mil empresas, entre MPE's e unidades de outros portes, segundo a Juceal.

## **Financiamento dos estados e municípios**

No dia 20 de março, o Congresso Nacional aprovou o estado de calamidade pública no Brasil, para vigorar até 31 de dezembro. Nesses meses de excepcionalidade, no plano econômico, o país vivenciou uma conjuntura de imensas dificuldades, refletindo uma crise de características internacionais (com a epidemia e a crise econômica tendo por epicentro os países centrais) e no seu próprio território (a epidemia e a crise econômica tendo por epicentro o Sudeste do país), rebatendo no plano regional (Nordeste). A crise gerada pela pandemia, além de chamar a atenção para a extrema pobreza e a desigualdade que marcam a sociedade nordestina e alagoana, mostrou também os limites institucionais dos Estados e municípios.

Os Estados e os municípios são os entes que enfrentam a epidemia mais diretamente, porque todas as demandas na área da saúde estão sob sua responsabilidade, aumentando suas despesas. As administrações regionais e locais encaram a epidemia trabalhando em duas frentes simultâneas: a frente sanitária com a estrutura apoiada no Sistema Único de Saúde, o SUS, presente em todas as localidades, e a frente econômica, pois, com o isolamento social, a queda do emprego e da renda média afetam, diretamente, a vida social nos municípios, mesmo que, temporariamente, seja compensada pelo Auxílio Emergencial (AE) e outros mecanismos.

Nessa conjuntura de recessão, os Estados perdem receita, com a redução do ICMS e de outros impostos, e as prefeituras perdem parte considerável do IPTU e ISS. Perdem, também, porque aprovaram pacotes tributários adiando ou facilitando pagamento de seus impostos. Por outro lado, sofrem com a redução das transferências federais, principalmente do FPE e FPM, pela menor arrecadação nacional do IR e do IPI. Desde março, o Estado e os municípios foram perdendo parte considerável das receitas próprias ocorrendo, simultaneamente, uma redução nas transferências federais. A arrecadação de tributos estaduais de Alagoas, que vinha crescendo desde 2017, apresentou uma retração de 11% no período março-junho, puxada pelo saldo negativo na receita de ICMS de mais de R\$150 milhões<sup>27</sup>.

Para compensar as perdas de receita e colocar recursos na administração pública, duas importantes medidas foram tomadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Congresso Nacional. No mês de abril, o Estado de Alagoas teve uma boa notícia: o STF suspendeu o pagamento da dívida do Estado com a União por seis meses, ou seja, até dezembro. A parcela mensal, de aproximadamente 32 milhões, ficou destinada à área da saúde, utilizada exclusivamente no plano de combate ao coronavírus. São,

---

<sup>26</sup> SUDENE (01/12/2020)

<sup>27</sup> CONFAZ (2020)

aproximadamente, 200 milhões a mais para que o Estado de Alagoas exerça melhor seu papel, nesta conjuntura, o de planejar o trabalho na área da saúde, coordenar as ações de prevenção, atuar de maneira presente para a população se sentir mais tranquila e segura.

No mês seguinte, maio, para contribuir com uma compensação pelas perdas nas transferências federais, o Congresso Nacional aprovou o *Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus* (PLP 39/2020), prevendo R\$ 60 bilhões para estados e municípios. Esse foi outro acordo aprovado no Congresso Nacional que permitiu a Alagoas receber 880 milhões de reais: 554 milhões para o estado e 328 milhões para as prefeituras. Desses recursos, o Estado deverá obrigatoriamente gastar 142 milhões na área da saúde, no combate à pandemia, e 412 milhões terão gastos livres. As prefeituras receberam proporcionalmente às suas populações: Maceió recebeu 100 milhões, Arapiraca 22, Rio Largo 7 milhões, e Pindoba, a menor localidade, colocou mais 284 mil reais nos cofres da prefeitura. Os municípios tiveram 48 milhões para gastar com saúde e 280 milhões para gastos livres. Os recursos servem para amenizar, mas não para resolver todas as dificuldades enfrentadas neste momento de crise e recessão.

### **Os impactos na economia**

No cenário crítico de dez meses, o cenário da pandemia gerou impacto, afetando cinco variáveis fundamentais para o conjunto da economia alagoana: renda, emprego, consumo, incluindo o da energia e combustível, na arrecadação e comércio externo. Cada uma dessas grandes variáveis apresenta resultados que influenciam todos os setores econômicos.

**Renda.** Neste mês de dezembro, ainda estamos atravessando uma situação atípica, que deverá ser modificada a partir de janeiro de 2021, quando a fase de “calamidade pública” terminar e os mecanismos de defesa da renda forem suspensos. Alagoas possui 1,1 milhão de famílias (PNAD, 2016). Entre o mês de abril e agosto, 1,2 milhão de pessoas (que, no geral, têm família) tiveram acesso ao Auxílio Emergencial, que estava pagando entre R\$ 600,00 e R\$1.200,00, uma soma total em Alagoas de 770 milhões de reais por parcela. Somem-se a isto os recursos da previdência (660 milhões), os salários dos funcionários públicos, principalmente municipal (300 milhões), a renda dos trabalhadores com carteira assinada (420 milhões), mais as antecipações da 13ª parcela do INSS, do FGTS e os recursos pagos pelo seguro-desemprego.

Dessa forma, com recursos mensais na ordem de R\$ 2,3 bilhões de reais, quase a totalidade da população ficou coberta, garantindo até o mês de agosto a renda destinada quase toda ao consumo. Esses recursos estão sustentando o consumo básico popular, movimentando as feiras e o comércio, que adotaram suas estratégias parciais de funcionamento, um movimento que chega às indústrias, principalmente às vinculadas ao consumo popular – como alimentos, material de limpeza e higiene, transporte e remédios.

Os números de vendas do comércio e serviços, nos meses de junho a novembro, em recuperação, depois da queda nos meses de março/abril/maio, refletem a presença do Auxílio Emergencial (AE) que, nos meses de abril a agosto, colocou 3,7 bilhões de reais nas mãos de 1,2 milhão de alagoanos. Esses recursos, ao movimentarem o setor mais importante da economia – serviços e comércio – atingem também a agricultura, construção civil e a indústria local. O problema está mais à frente, no período pós-epidemia, quando esses mecanismos forem suspensos.

Nestes dez meses, os indicadores de endividamento e inadimplência se mantiveram estáveis ou mesmo diminuíram, revelando a forte presença do Auxílio Emergencial, que se transformou no grande mecanismo de renda da população mais pobre, os segmentos C, D e E de consumo, impactando positivamente sobre os setores de



comércio e serviços. É importante dizer que, para os 1,2 milhão de alagoanos, o somatório de seis prestações do benefício resultou em uma renda extra de 3 mil reais para a maioria dos que receberam e 6 mil reais para um grupo menor, o das mães solteiras, inscritas no Programa Bolsa Família. Essa renda permitiu aos que a receberam, pagar contas em atraso e comprar à vista, evitando o endividamento

A Fecomércio/Alagoas realiza, todos os meses, a “Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor”, tomando por base o comportamento da cidade de Maceió. Os dados de endividamento e inadimplência do Instituto Fecomércio de Alagoas mostram números surpreendentes para um período de crise. Mesmo nos meses de isolamento social (março-junho), com a perda líquida de empregos e as incertezas quanto ao futuro próximo, mas sob a influência das rendas extras (Auxílio Emergencial, INSS, Seguro-desemprego e FGTS), o número de endividados com atraso ou sem condições de pagar diminuiu, apresentando um ligeiro crescimento em julho, para retroceder no período agosto-outubro, alcançando seus melhores números neste último mês.

#### MACEIÓ: ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR (jan/out -2020)

MÊS	ENDIVIDADOS	ENDIVIDADOS COM ATRASO	SEM CONDIÇÕES DE PAGAR
Jan	68,1	28,3	14,4
Fev	69,1	30,6	16,0
Mar	70,4	32,8	20,1
Abr	70,4	32,4	19,8
Mai	70,3	30,5	17,0
Jun	72,0	30,3	16,9
Jul	72,5	30,7	17,8
Ago	70,6	27,8	16,6
Set	66,8	23,8	14,2
Out	64,5	21,9	13,0

Fonte: Fecomércio/AL (2020).

**Emprego.** Os dados de emprego e renda podem ser acompanhados por duas formas: pela PNAD Trimestral (IBGE), tratando de todos os trabalhadores, ou pelo CAGED (MTE), informando apenas sobre o mercado formal, dos trabalhadores com contrato. O primeiro balanço do emprego e desemprego na economia alagoana deste ano chegou pela PNAD Trimestral, do período janeiro/março. Os números são negativos, mesmo incluindo apenas o primeiro mês da crise, março. Nesses três meses, houve um aumento no número de desempregados para 199 mil alagoanos, 40 mil a mais comparado ao trimestre anterior, e o número de desalentados (278 mil trabalhadores), pessoas que desistiram de procurar emprego, continuou alto. O mercado informal alcançou quase metade da força de trabalho. O balanço mais recente chegou em novembro, com a ampliação do nível de desemprego (20%) e redução do número de pessoas ocupadas (ver tabela na pág. 10).

A segunda fonte de informação é o CAGED, trazendo os dados do mês de outubro, confirmando a tendência apresentada na PNAD. Entre janeiro e outubro, o número de demitidos foi de 92.132 trabalhadores formais, sendo admitidos, no mesmo período, 95.320, gerando um saldo negativo de -3.188 trabalhadores nos dez primeiros meses do ano, uma taxa que corresponde a -0,90% do estoque dos assalariados com carteira assinada existente no mês de janeiro.

**ALAGOAS: EMPREGO/DESEMPREGO (jan/out-2020)**

MÊS	2019			2020		
	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Jan	7.156	11.895	-4.739	9.090	14.416	-5.326
Fev	8.189	10.444	-2.255	9.480	17.965	-8.485
Mar	7.061	16.697	-9.636	8.382	14.182	-5.800
Abr	6.964	11.657	-4.692	3.186	11.202	-8.016
Mai	7.577	8.323	-746	5.364	8.009	-2.645
Jun	7.400	8.261	-861	5.858	5.039	819
Jul	9.503	9.033	-1.470	7.533	5.849	1.684
Ago	11.980	8.482	3.498	9.603	5.992	3.611
Set	17.906	6.401	11.505	22.544	5.952	16.592
Out	9.884	7.594	2.290	10.582	5.939	4.643
<b>TOTAL</b>	<b>105.229</b>	<b>105.078</b>	<b>151</b>	<b>92.132</b>	<b>95.320</b>	<b>-3.188</b>

Fonte: CAGED (2020)

O mercado de trabalho formal manteve, nos meses de março-maio, os mesmos resultados mensais negativos do ano passado. A recuperação nos meses de junho-outubro, com números menores de desligados devido ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, não foi suficiente para compensar as perdas do período anterior.

O Programa de Manutenção do Emprego e da Renda, por sua capilaridade e amplitude, tem influenciado os números do desemprego no Brasil, particularmente nos estados mais pobres. Esse programa, mesmo reduzindo parte da renda dos assalariados e mantendo a incerteza quanto ao futuro do posto de trabalho, estancou as demissões e está sustentando, temporariamente, o emprego de quase um terço de todos os trabalhadores formais em Alagoas registrados em janeiro. Como reflexo desse mecanismo, o número de trabalhadores desligados do emprego no estado, mesmo em plena pandemia, é menor do que no mesmo período do ano passado (de março a outubro), segundo dados consolidados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Esse fato revela e confirma a presença do Programa de Emprego e Renda. Uma situação inesperada que deverá sofrer forte impacto, caso esse programa não seja renovado, em janeiro de 2021.

**ALAGOAS: CAGED (jan/out-2020)**

GRUPAMENTO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ESTOQUE	VAR. RELATIVA %
SERVIÇOS	27.961	29.585	-1.624	158.150	-1,02%
INDÚSTRIA	28.245	31.970	-3.725	67.235	-5,25%
CONSTRUÇÃO	13.066	10.468	2.598	24.733	11,74%
COMÉRCIO	18.738	19.487	-749	86.994	-0,85%
AGROPECUÁRIA	4.11	3.810	312	13.171	2,43%
<b>TOTAL</b>	<b>92.132</b>	<b>95.320</b>	<b>-3.188</b>	<b>350.283</b>	<b>-0,90%</b>

Fonte: MTE (2020)

O Caged, detalhando o desempenho setorial, apresentou, entre os meses de janeiro e outubro, um quadro de cinco resultados mensais negativos no mercado de trabalho formal. O número de assalariados formais sofreu uma queda de 3.188 postos, com números mais fortes na indústria, influenciado pela entressafra da cana (março-agosto); serviços e comércio, pelo fechamento dos setores considerados não essenciais,

que representavam parte considerável das empresas desses dois segmentos, e pela fraca recuperação nos meses recentes; e um pequeno saldo positivo na agropecuária e na construção civil, espelhando tanto a manutenção do funcionamento da indústria da construção, como da dinâmica da autoconstrução e da expansão do setor de consertos, reparos, ampliação de imóveis, estimulado pela renda extra do Auxílio Emergencial.

**O seguro-desemprego.** Outra forma de acompanhar o mercado de trabalho em Alagoas é o seguro-desemprego, uma assistência financeira temporária aos trabalhadores dispensados sem justa causa. No mês de dezembro de 2019, 159 mil alagoanos estavam desempregados e 288 mil desalentados. Com a aprovação do Auxílio Emergencial, em abril, os desempregados que já tinham recebido as parcelas do seguro-desemprego ou ainda não tinham solicitado o seguro passaram a ter direito às três parcelas de 600 reais do Auxílio. Entre os meses de janeiro e outubro, mais 95 mil trabalhadores foram demitidos em Alagoas, mas os dados de requisição do seguro-desemprego não correspondem ao número de demitidos nesse período. Como aconteceram 92 mil novas contratações, parte dos demitidos voltou a trabalhar e outra parte desses trabalhadores, sem emprego, optou por receber o Auxílio, iniciativa explicada pela rapidez da concessão e, principalmente, porque podem solicitar o seguro-desemprego até 120 dias (4 meses) depois da data de demissão, quando poderão receber de três a cinco parcelas no valor de 1.000 até 1.800 reais, valor portanto maior que o do Auxílio Emergencial.

No período janeiro/novembro, o seguro-desemprego continuou no seu importante papel de renda familiar, pagando mais de R\$ 310 milhões aos beneficiários desse direito nos 11 primeiros meses de 2020. Em Alagoas, o seguro-desemprego paga, mensalmente, uma média de R\$ 28 milhões, o equivalente a 27 mil salários mínimos mensais. Dinheiro que vai todo para o consumo.

#### ALAGOAS: SEGURO-DESEMPREGO (jan./nov - 2020)

MÊS	REQUERENTES	WEB	%	SEGURADOS	TAXA %
Jan	4.318	209	4,8%	4.093	94,8%
Fev	4.043	386	9,5%	3.784	93,6%
Mar	4.673	1.228	26,2%	4.319	92,4%
Abr	5.687	5.376	94,5%	5.041	88,6%
Mai	8.247	7.752	94,0%	7.179	87,0%
Jun	4.593	4.169	90,8%	3.898	84,9%
Jul	4.541	3.560	78,4%	3.772	82,0%
Ago	3.521	2.810	79,8%	2.973	84,4%
Set	3.120	2.431	77,9%	2.694	86,3%
Out	3.272	2.717	75,7%	2.717	83,0%
Nov	3.064	2.331	72,8	2.582	84,3%

Fonte: Ministério da Economia (2020).

**Consumo.** O ritmo do consumo estadual pode ser visto e acompanhado por duas pesquisas mensais de muita qualidade técnica: a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) e a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), ambas do IBGE. Este ano, o consumo apresentou dois períodos distintos. Nos cinco primeiros meses, os resultados foram negativos, com quedas nas taxas de consumo nos setores de comércio e serviços. Esse resultado previsível reflete a suspensão das atividades das empresas dos segmentos considerados não essenciais, que formam a maioria numérica das empresas do comércio (vestuário, calçados, tecidos, etc)

e serviços (salões de beleza, lanchonetes, bares, restaurantes, etc), numa economia que já vinha apresentando taxas baixas de consumo, com números negativos mesmo no final do ano de 2019.

No entanto, os meses de junho a outubro revelam uma lenta recuperação nas vendas desses dois segmentos, repercutindo o processo de reabertura setorial e a presença do Auxílio Emergencial, que cobre 58% dos domicílios, compensando a perda de massa salarial, favorecendo o consumo. No entanto, permanecem os números negativos acumulados (-4,1 para o comércio e -19,0% para os serviços), explicados pelo clima de incertezas, com o desemprego aumentando e a renda média caindo, mesmo com a presença transitória do Auxílio Emergencial. A reação dos consumidores alagoanos, como nos estados brasileiros, foi a de gastar em produtos básicos e despesas essenciais – alimentos, medicamentos, material de uso doméstico, transportes, pagar contas e poupar parte desses recursos. E isso reduziu os gastos de consumo, afetando os segmentos não essenciais do comércio e serviços.

#### ALAGOAS: COMÉRCIO E SERVIÇOS (2019/out.2020)

SETOR	ANUAL	MÊS / 2020										ANUAL
MÊS/ANO	2019	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	2020
COMÉRCIO	-2,4	0,2	2,3	-9,1	-19,5	11,1	7,6	11,0	9,5	-0,4	1,4	-4,1
SERVIÇOS	-5,5	2,9	-0,4	-6,8	-26,0	-4,0	3,8	15,4	0,6	5,7	3,4	-19,0

Fonte: IBGE (2020).

O consumo mensal de combustível e de energia elétrica é um dos indicadores importantes na atividade econômica. A comercialização de combustível (etanol, gasolina e diesel), mesmo sendo considerado um setor essencial e mantendo seus postos abertos, teve quedas expressivas de venda nos meses de março a junho, refletindo a quebra parcial do movimento comercial e de serviços (transporte), apresentando uma ligeira recuperação nos meses de julho e setembro, principalmente a comercialização do etanol, que já supera as vendas desse mesmo período no ano passado.

#### ALAGOAS: CONSUMO DE COMBUSTÍVEL (jan./set. - 2019/2020) (m<sup>3</sup>)

MÊS	ETANOL		GASOLINA		DIESEL	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Jan	9.792	8.746	35.146	37.940	31.298	33.741
Fev	7.616	6.712	39.263	36.025	29.111	28.364
Mar	7.213	4.805	34.913	31.593	28.249	25.276
Abr	6.378	2.707	36.175	29.458	27.143	20.092
Mai	4.685	2.591	36.983	28.445	26.108	20.011
Jun	3.885	3.449	33.861	30.225	23.204	20.546
Jul	4.281	4.545	37.334	34.075	25.765	25.201
Ago	3.945	5.077	37.916	34.580	26.566	26.557
Set	4.455	5.853	36.135	35.557	29.748	30.024

Fonte: ANP (2020)

Nos nove primeiros meses deste ano, comparado com o mesmo período de 2019, o setor acumulou vendas menores de etanol (-14,9%), diesel (-6,8%) e gasolina (-7,1%) e, no consumo geral de combustíveis, uma queda de -7,5% entre janeiro e setembro. O

consumo de energia elétrica em Alagoas, nos meses da pandemia, espelha as dificuldades desse período, quando o distanciamento social permaneceu com forte influência na redução do consumo, principalmente industrial e comercial, fazendo o mercado alagoano acompanhar a média nordestina.

#### ALAGOAS: CONSUMO DE ENERGIA (jan-set/2020) (MWh)

CLASSE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET
RESID.	135.628	132.055	135.187	139.036	129.694	129.212	121.338	108.889	119.192
INDUS.	64.482	60.337	58.930	47.802	56.344	59.614	65.088	65.887	63.852
COMER.	71.365	71.305	67.917	50.846	49.233	48.868	50.907	54.505	57.913
OUTROS	90.706	81.456	79.026	66.554	61.682	60.517	60.678	61.317	65.446
TOTAL	362.181	345.153	341.061	304.238	296.953	298.211	281.011	290.598	306.403

Fonte: EPE (2020).

Em relação ao consumo total de energia, entre os meses de janeiro e setembro de 2019 (3.072.945 MWh), e do mesmo período em 2020 (2.825.809 MWh), houve uma redução de -8%. Da mesma forma, em relação aos indicadores de 2019, o número de consumidores alagoanos em 2020 sofreu uma redução nos segmentos industrial, comercial e residencial, compensada pelo aumento na categoria “Outros” (agricultura e serviço público).

#### ALAGOAS: CONSUMIDORES (2006/2020/set.)

TOTAL CONSUMIDORES	2006	2010	2015	2019	2020 (set)
RESIDENCIAL	668.139	806.313	961.346	1.052.601	1.051.878
INDUSTRIAL	2.721	2.646	2.510	2.192	2.082
COMERCIAL	45.606	50.342	60.405	68.056	65.919
OUTROS	18.014	19.753	23.267	36.544	39.327

Fonte: EPE (2020).

Segundo boletim *Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica* (novembro, 2020), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), de janeiro até o mês de outubro, a região Nordeste apresentava números negativos nas classes: industrial (-4,5%), comercial (-12,2%) e outros (-1,7%), compensada, em parte, pela residencial (+5,7%). Esses números indicadores sempre são aproximados pela economia alagoana<sup>28</sup>.

**A Arrecadação.** A economia de Alagoas, pelas dificuldades setoriais e pelos vínculos cada vez mais estreitos com a economia brasileira e nordestina, apresenta uma taxa negativa de crescimento do PIB, refletindo o desempenho nacional, afetando o desempenho estadual que estava apresentando sinais de recuperação e vinha obtendo resultados favoráveis desde 2017 (+3,3%), 2018 (+1,5), com previsão de crescimento de +2,4% em 2019<sup>29</sup>. Isso significa mais empresas fechadas ou em recuperação judicial, mais desemprego no mercado de trabalho já limitado, mais inadimplência e menor arrecadação de impostos tanto das prefeituras como do Estado. No sentido mais amplo, mais pobreza e mais desigualdade.

No âmbito fiscal, os dados gerais da arrecadação estadual (ICMS, IPVA, ITCD) nos dez primeiros meses, publicados pelo Conselho de Política Fazendária (Confaz), revelam

<sup>28</sup> EPE (2020)

<sup>29</sup> SEPLAG (2020)



uma recuperação de 0,98% da receita em relação ao mesmo período de 2019, com números negativos de fevereiro a junho, mas concentrados nos três meses de isolamento social (abril/maio/junho) que, juntos, retrocederam a arrecadação em -14%, comparada com o mesmo trimestre do ano passado<sup>30</sup>. Os meses de julho a outubro, espelhando o processo de reabertura, apresentam dados positivos em relação ao mesmo período do ano passado.

**ALAGOAS: ARRECADAÇÃO ESTADUAL (2019-2020 - jan/out.)**

<b>MÊS/ANO</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
JANEIRO	411.195.682	489.713.434
FEVEREIRO	423.589.586	408.715.232
MARÇO	372.817.944	371.435.559
ABRIL	368.525.059	323.523.332
MAIO	388.098.113	289.810.584
JUNHO	368.393.737	350.300.076
JULHO	356.027.078	402.098.852
AGOSTO	362.683.456	399.357.580
SETEMBRO	363.063.016	412.785.616
OUTUBRO	404.372.404	428.945.547
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>3.818.766.077</b>	<b>3.876.685.813</b>

Fonte: Confaz (2020)

Pelos mesmos números do Confaz, o desempenho do ICMS – o imposto responsável por 86,91% da arrecadação estadual, no período janeiro-outubro, aponta para um resultado ainda negativo (-2,90%) em relação ao mesmo período do ano passado, apresentando-se levemente positivo no primeiro trimestre; números negativos no segundo trimestre, resultado do impacto da pandemia e a decisão do isolamento social; e um crescimento nos meses de julho a outubro (+9,0%), refletindo o processo de reabertura da economia e o aumento do consumo popular estimulado pela Auxílio Emergencial, que impactaram na arrecadação do principal tributo estadual<sup>31</sup>. O desempenho dos grandes setores da economia formadores do ICMS foi diferenciado: o comércio atacadista continuou a atender toda a rede varejista em funcionamento e obteve um resultado positivo (+13,02%). O varejo, limitado pela suspensão de alguns segmentos, retrocedeu -7,61% nesse período, assim como a energia elétrica (-2,0%), o transporte (-9%), combustíveis (-25%) e o setor de comunicação (-2%).

No mesmo sentido, a queda das atividades na economia estadual está demonstrada nos resultados mensais da Receita Federal, um importante indicador que capta o movimento de arrecadação dos impostos sobre as exportações e importações, produtos industrializados e renda; as contribuições (CSLL, CIDE, COFINS); e a receita previdenciária. Nos dez primeiros meses, a arrecadação dos impostos e contribuições federais em Alagoas caiu em -11,3%, e, tal como a receita estadual, uma queda concentrada nos meses abril a outubro em -26%.

<sup>30</sup> CONFAZ (2020)

<sup>31</sup> GLOBO (15/10/2020)

**ALAGOAS: RECEITA FEDERAL (jan/out – 2019/2020)**

MÊS/ANO	2019	2020
JANEIRO	508.999.023	582.079.739
FEVEREIRO	464.452.009	512.304.160
MARÇO	431.431.600	465.736.565
ABRIL	551.040.480	376.099.535
MAIO	526.989.697	240.850.904
JUNHO	512.947.206	325.068.273
JULHO	523.035.672	407.087.020
AGOSTO	487.591.300	436.970.090
SETEMBRO	474.348.795	468.878.169
OUTUBRO	515.393.779	513.178.566
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>4.878.608.257</b>	<b>4.328.253.021</b>

Fonte: Receita Federal (2020)

**Comércio interestadual e externo.** Uma das características da economia alagoana é sua relação desfavorável na balança comercial interestadual. No balanço mensal do Confaz, baseado nas notas fiscais de compras e vendas de bens e serviços entre os estados, Alagoas e os demais estados nordestinos, mantêm um constante déficit comercial em relação às unidades industrializadas do Sudeste/Sul. Estas são detentoras de uma forte base econômica na área agrícola e nos setores de comércio e serviços. Além disso, Alagoas possui um déficit comercial em relação a Pernambuco, Bahia e Paraíba, estados vizinhos nordestinos, apresentando mais de 50% do déficit comercial de R\$12 bilhões, em 2019, fenômeno que está se repetindo em 2020<sup>32</sup>.

**ALAGOAS: COMÉRCIO INTERESTADUAL (2017-2020) (R\$ milhões)**

ESTADO	2017	2018	2019	2020 (jan./set.)
PERNAMBUCO	-4.459	-5.435	-5.813	-3.649
PARAÍBA	-97	-151	-276	-299
BAHIA	-768	-418	-916	-652
SERGIPE	120	233	330	44
SUL/SUDESTE	-3.482	-4.188	-4.196	-4.172
<b>TOTAL</b>	<b>-8.809</b>	<b>-10.750</b>	<b>-12.232</b>	<b>-8.332</b>

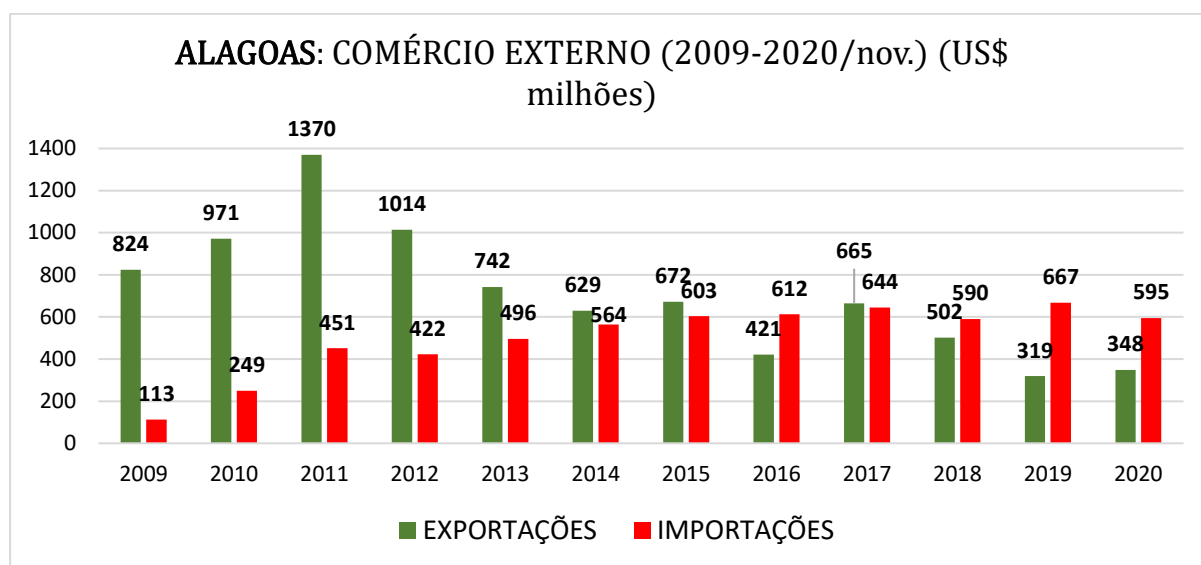
Fonte: Confaz (2020)

A pequena estrutura produtiva voltada para atender o mercado alagoano, principalmente, no setor industrial e na agricultura de alimentos, além da limitada competitividade do setor de comércio e serviços, penalizam a economia estadual na relação com seus vizinhos nordestinos, portadores de redes de produção e comercialização presentes num raio de, no máximo, 500km distante de Maceió. Comparativamente aos estados do Sudeste/Sul, essas unidades nordestinas próximas têm uma estrutura industrial e agrícola (e agroindustrial) menos desenvolvida e, portanto, praticam um comércio inter-regional baseado num grande percentual de mercadorias. Parte dessas mercadorias poderiam sofrer a pressão competitiva de uma produção local, sobretudo, vinculada à agricultura de alimentos, agroindústria e indústria de bens de consumo não-duráveis e semiduráveis, que o mercado alagoano importa massivamente. Estes dois casos de dependência e comércio desfavorável revelam a necessidade de

<sup>32</sup> CONFAZ (2020)

fortalecer as cadeias produtivas locais e seus canais de comercialização, voltados para o mercado estadual.

No âmbito do comércio exterior, responsável pelas vendas no mercado internacional, Alagoas passou a apresentar déficits na balança comercial desde 2014. As vendas externas, historicamente concentradas no seu principal produto agroindustrial (açúcar), vêm retrocedendo regularmente e, de um saldo superavitário de US\$ 919 milhões, em 2011, apresentou um déficit de 348 milhões de dólares no ano passado. A queda na produção local do açúcar, a saída da Braskem da pauta externa e a ausência de diversificação produtiva com capacidade exportadora explicam a retração nesse desempenho. Este ano, até o mês de novembro, a balança comercial acumulava um déficit de US\$ 247 milhões. Por outro lado, o menor ritmo da economia estadual reduziu levemente as importações de bens intermediários e bens de consumo.



Fonte: MDIC (2020)

## Impacto nos setores econômicos e empresas

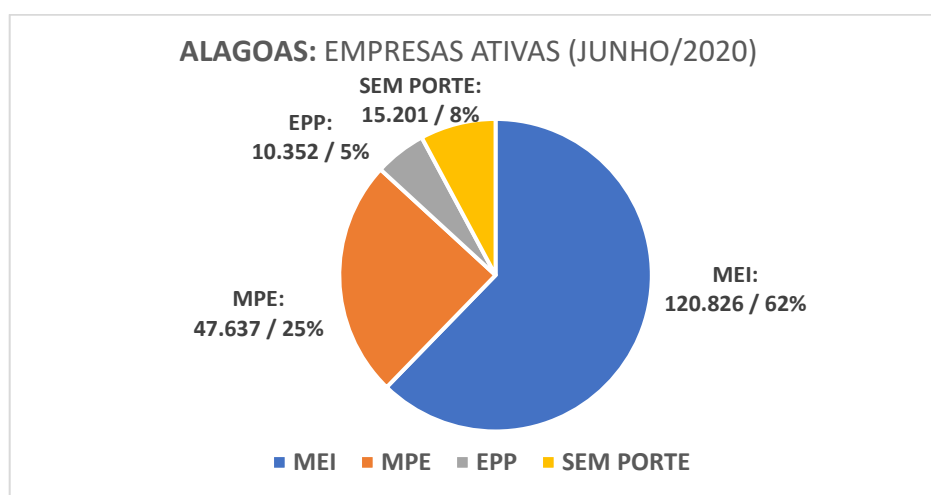
Para acompanhar os impactos setoriais na economia alagoana, é importante verificar a participação de cada um desses grandes segmentos (agropecuária, indústria e serviços) e seus subsetores na economia estadual. A tabela do “Consumo de energia (2006-2018)” apresenta a participação desses segmentos na dinâmica do consumo setorial: a indústria vem perdendo peso relativo, o consumo aumentou pelo crescimento residencial, incorporando 400 mil novos domicílios numa década; cresce pelo consumo comercial, devido à ampliação do número de empresas urbanas (serviço e comércio); pelo aumento consumo público, principalmente pelos serviços municipais e o desempenho modesto do consumo rural.

## ALAGOAS: CONSUMO DE ENERGIA (2006-2019) (GWH)

ANO/CLASSE	2006	2010	2015	2019
RESIDENCIAL	695	926	1.326	1.825
INDUSTRIAL	1.866	1.896	2.056	1.016
COMERCIAL	412	538	754	789
PODER PÚBLICO	394	497	557	728
RURAL	163	148	180	183
OUTROS	72	64	37	34
<b>TOTAL CONSUMO</b>	<b>3.602</b>	<b>4.005</b>	<b>4.910</b>	<b>4.575</b>
<b>TOTAL CONSUMIDORES</b>	<b>734.776</b>	<b>878.524</b>	<b>1.046.528</b>	<b>1.159.393</b>
RESIDENCIAL	668.139	806.313	961.346	1.052.601
INDUSTRIAL	2.721	2.646	2.510	2.192
COMERCIAL	45.606	50.342	60.405	68.056
PODER PÚBLICO	8.499	9.176	10.141	11.012
RURAL	9.372	9.911	12.025	25.415
OUTROS	143	136	101	117

Fonte: EPE (2020)

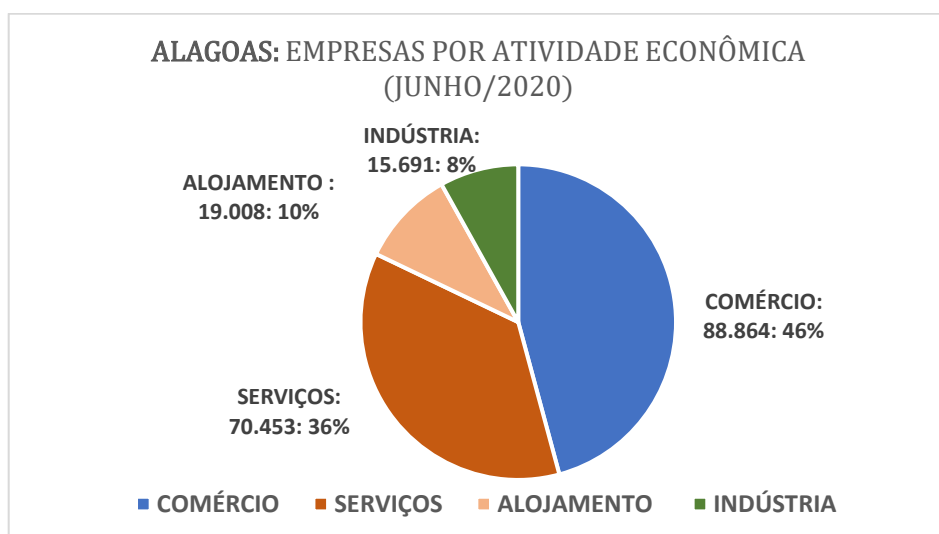
O quadro “Alagoas: participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto 2010-2017”, (ver a p. 51), detalha a participação e evolução de cada um dos setores, entre os anos de 2010 e 2017, apresentando o quadro estrutural da economia alagoana, permitindo uma visão de conjunto de todos os segmentos. Os conjuntos de empresas destes setores estão nos gráficos abaixo. Em Alagoas, segundo a Junta Comercial (JUCEAL), são 192 mil empresas formalizadas. Dois terços desse conjunto são formados pelos MEI’s (120 mil unidades); e um quarto pelas micro empresas (47 mil). As Empresas de Pequeno Porte (EPP) formam um conjunto de 10.352 unidades e as unidades “sem porte” somam 15.251 unidades. Diferentemente dos números da JUCEAL, a Receita Federal apresenta exclusivamente dados das MPE’s e MEI’s inscritas no Simples Nacional.



Fonte: Juceal (2020)

Por atividade econômica, que contempla exclusivamente as atividades urbanas, o setor de comércio abarca quase metade desse conjunto, o setor de serviços representa 36% e, neste setor, o subsetor de serviços “alojamento e alimentação” (restaurantes, hotéis, pousadas) merece um destaque, pelo impacto que vem sofrendo neste período de

pandemia. A indústria, ao incorporar as micro e pequena unidades familiares, forma um expressivo conjunto de 15,6 mil unidades.



Fonte: Juceal (2020)

**Comércio e serviços.** O Boletim da Secretaria da Fazenda, publicado desde o mês de abril, para acompanhar os efeitos da pandemia, passou a analisar o desempenho mensal da economia alagoana a partir do levantamento das notas fiscais eletrônicas vinculadas aos setores econômicos responsáveis pela arrecadação estadual<sup>33</sup>. No período de isolamento social, de março a junho, o destaque foi para os setores “essenciais”; a partir de julho, nos meses de distanciamento social, registra-se a lenta recuperação dos demais segmentos.

Os setores considerados essenciais do comércio e serviços que permaneceram abertos e funcionando, formando um imenso conjunto de empresas – rede de farmácias, rede de abastecimento alimentar: supermercados, mercadinhos e hortifrutis, postos de gasolina, rede financeira, serviços de saúde, material de construção etc.–, mantiveram plenas suas atividades, nos meses de julho a dezembro, aproveitando o maior movimento do comércio advindo da reabertura controlada. O problema, como nos meses de março a junho, esteve sempre nos chamados segmentos não essenciais, localizados no comércio e no setor de serviços.

Segundo a Confederação Nacional do Comércio (CNC), o varejo não essencial foi o setor mais afetado pelos decretos que restringiam a circulação dos consumidores, nos meses de abril a junho, reduzindo as vendas presenciais, a principal modalidade de consumo por parte da população. Os segmentos mais atingidos foram os da comercialização de itens considerados não essenciais, a exemplo das lojas de utilidades domésticas; vestuário, tecidos, calçados e acessórios; e comércio automotivo. A expectativa é de uma retração de -6,9% no varejo nacional. Segundo a CNC, a crise nesse período foi responsável pelo fechamento de 135 mil lojas com vínculos empregatícios em todo o Brasil e, em Alagoas, pela saída de 1.200 pontos comerciais dos segmentos não essenciais, o que significa -13,2% do total<sup>34</sup>.

<sup>33</sup> SEFAZ (2020a)

<sup>34</sup> CNC (2020)

A crise na economia alagoana é real, havendo, sem dúvida, vários segmentos que são ainda mais penalizados. Desde o início, setores considerados essenciais, com ampla presença na economia, tiveram suas atividades mantidas, puderam funcionar, diminuindo as possibilidades de perdas. Mas, no geral, mesmo essas empresas sentem o impacto negativo – queda de receita, perda de clientes, dificuldade com fornecedores e bancos.

A impossibilidade de os estabelecimentos atenderem presencialmente ou de o consumo ser realizado no próprio local de venda, afetou cadeias e segmentos inteiros. A perda efetiva foi para os segmentos considerados não essenciais, incluídos nos setores de comércio e de serviços, como os do varejo não alimentar e os vinculados ao turismo – hotéis, pousadas e restaurantes; o comércio no varejo, do pequeno negócio, nos bairros e *shoppings*, perdeu faturamento e, para manter o negócio funcionando, passou a utilizar mais a logística dos serviços de entrega rápida de pequenas encomendas, tanto dos serviços de empresas com aplicativos como de formas mais artesanais. Com isso, ganhou fôlego, mas não recuperou o desempenho anterior à epidemia, devido ao afastamento de seus clientes e consumidores.

**Comércio atacadista.** O setor de distribuição em Alagoas, que não teve nenhuma limitação nesse período, possui uma estrutura moderna e eficiente, capaz de atender à demanda dos milhares pontos de vendas do varejo em todas as localidades, e concorrer com as empresas de outros estados, ampliando sua atuação nos estados de Pernambuco, Bahia e Sergipe. A Associação do Comércio Atacadista e Distribuidor do Estado de Alagoas (Acadeal) representa o núcleo mais dinâmico da economia alagoana, na medida em que as 100 empresas associadas cobrem todo o Estado, mantendo uma relação de interesse mútuo (fornecimento, financiamento) com os milhares pontos de vendas do varejo (mercados, supermercados, mercadinhos, lojas de departamento, armarinhos, farmácias, açougues, padarias, bares e restaurantes, etc.), apresentando um elevado crescimento nas duas últimas décadas, com investimentos na rede logística (transporte, centros de distribuição).

No Relatório mais recente da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (ABAD), com o *Ranking* anual para 2020 das maiores empresas por estado, metade (50) das empresas alagoanas declararam o faturamento: seis distribuidoras tiveram uma receita entre 100 milhões e 600 milhões de reais, sete entre 50 e 100 milhões, 21 empresas entre 12 e 50 milhões e 26 valores menores que 12 milhões. Em 2019, apresentaram um faturamento de 3,12 bilhões de reais. Uma variação de 12,5% em relação ao ano anterior, quando essas empresas faturaram R\$ 2,8 bilhões<sup>35</sup>. É importante observar, nesse levantamento, que metade das distribuidoras associadas não apresentaram os seus números por ser voluntária a informação da empresa. Dessa forma, o valor publicado representa uma parte desse faturamento, aproximadamente 70% do total; portanto, o valor real de faturamento anual (2019) poderia ultrapassar os R\$ 4 bilhões. Esse setor, segundo a Sefaz, teve suas vendas aumentadas de forma constante em todos os meses da pandemia.

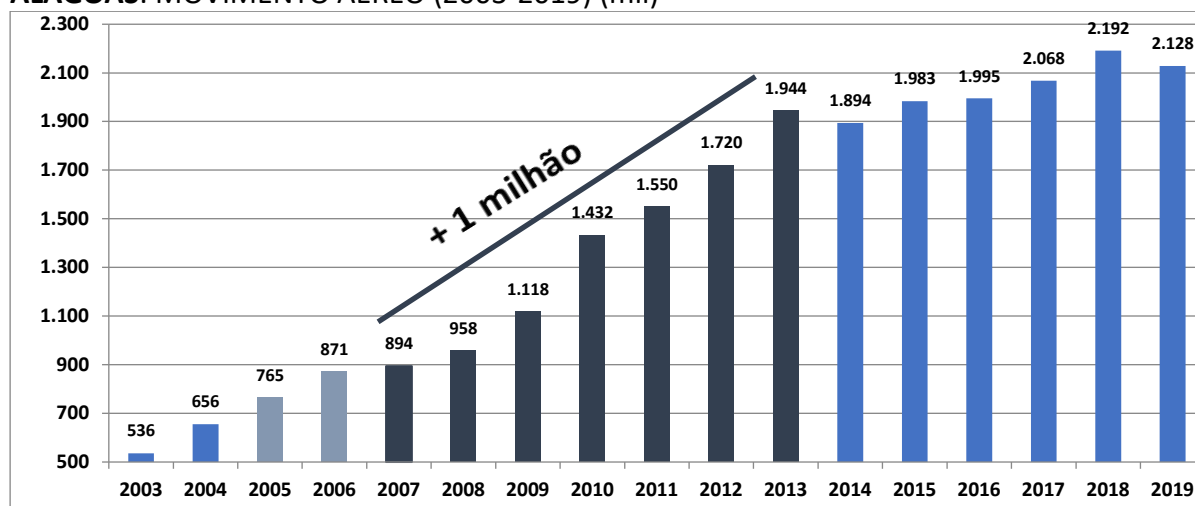
**O turismo.** O turismo alagoano deixou de ser caracterizado como um setor “potencial” e de “futuro”, como era nos anos 1980/1990, ao dar um salto extraordinário de crescimento entre os anos 2006 e 2013, aumentando em mais um milhão de passageiros no Aeroporto Zumbi dos Palmares, quase duplicando a rede hoteleira para atender ao fluxo crescente de visitantes, combinando a ampliação da rede tradicional de hotéis, alguns deles pertencentes a cadeias nacionais, com as pousadas de charme, típicas da região litorânea.

---

<sup>35</sup> ABAD (2020)



### ALAGOAS: MOVIMENTO AÉREO (2003-2019) (mil)



Fonte: Infraero (2020).

Nesse crescimento, o setor se firmou como responsável por 10% do PIB estadual. Com a crise dos anos 2015-2016 e os anos de crescimento lento (2017-2019), os investimentos realizados em anos anteriores amadureceram e a oferta hoteleira foi ampliada em 50%, mas a resposta na demanda não teve o mesmo ritmo dos anos anteriores e o setor ficou estacionado.

### ALAGOAS: REDE HOTELEIRA (2008-2018)

ANO	MEIOS DE HOSPEDAGEM	UNIDADES HABITACIONAIS	LEITOS
2008	107	5.415	13.849
2013	210	8.640	20.955
2018	312	13.162	31.216

Fonte: Embratur (2020).

Nestes últimos seis anos, refletindo a economia nacional, o setor não conseguiu se aproximar do desempenho médio de outros estados maiores (BA, CE e PE), assistindo ao crescimento das demais unidades da região com as quais disputa o mercado nacional, na oferta do mesmo produto (praia, sol, etc.).

Este ano, a pandemia e o isolamento social impactaram negativamente na atividade turística nordestina como um todo, principalmente nos meses de abril-agosto, atingindo em cheio o setor alagoano. O turismo nordestino, já afetado pela questão do derramamento do óleo em suas praias no ano de 2019, foi penalizado pela epidemia que, no âmbito nacional, fez recuar todas as atividades nesse setor. O movimento aéreo, um importante indicativo desse setor, caiu mais de 95% nesses meses. Os 26 voos diários que chegavam ao Aeroporto Zumbi dos Palmares e garantiam o público do Sul e Sudeste, regiões responsáveis por 80% da demanda nordestina, foram reduzidos, desde abril até agosto, para apenas dois voos diários para São Paulo. Alagoas foi atingida, e a redução no segundo trimestre teve a mesma média negativa dos demais estados. Com quase toda a rede hoteleira fechada por mais de cem dias, o setor reabriu, em julho, num cenário ainda desfavorável pela permanência da pandemia.

**NORDESTE: MOVIMENTO AÉREO (janeiro-setembro 2019/2020)**

ESTADOS/REGIÃO	EMBARQUES			DESEMBARQUES		
	jan/set 2019	jan/set 2020	Var. (%)	jan/set 2019	jan/set 2020	Var. (%)
ALAGOAS	1.049.392	372.378	-64,5	1.047.292	351.727	-66,4
Bahia	5.096.530	1.742.274	-65,8	5.085.102	1.657.216	-67,4
Ceará	3.851.155	1.188.201	-69,1	3.812.808	1.162.721	-69,5
Maranhão	970.906	323.445	-66,7	952.257	312.116	-67,2
Paraíba	731.865	271.526	-62,9	725.706	266.298	-63,3
Pernambuco	4.635.419	1.644.201	-64,5	4.638.195	1.618.995	-65,1
Piauí	582.576	201.318	-65,4	578.917	197.779	-65,8
Rio G. Norte	1.165.424	405.019	-65,2	1.152.259	381.596	-66,9
Sergipe	563.019	199.825	-64,5	548.078	188.495	-65,6
Nordeste	18.646.286	6.348.187	-66,0	18.540.614	6.136.943	-66,9

Fonte: BNB/ETENE (2020).

No entanto, o setor apresenta algumas vantagens competitivas: o destino turístico Alagoas é muito conhecido e consolidado; a sua infraestrutura (hotéis, restaurantes, transportadoras, agências de viagem) de relativa qualidade garante a retomada em bases sólidas; o mercado regional representa 20% da demanda turística, facilitando sua mobilização e ampliação; as linhas de crédito existentes, como as do BNDES e o FNE (BNB), favoreceram a perspectiva do retorno gradual entre os meses de julho e novembro, possibilitando um reaquecimento mais forte nos meses de alta estação (dezembro/fevereiro).

No mês de julho, o setor turístico começou a sentir os primeiros sinais da reabertura com o funcionamento dos bares, restaurantes, e transportes turísticos que dão suporte à rede hoteleira; com as notícias da volta de alguns voos regulares das empresas maiores (Azul, Latam e Gol), conectando Maceió a outras capitais; com a inauguração em outubro do voo Maceió-Lisboa, pela TAP. No entanto, a permanência da pandemia, com o noticiário diário sobre infectados e mortos, e a ausência de vacina mantêm um relativo distanciamento de setores consumidores, principalmente dos estados emissores que seguem observando o ambiente para viagens. No plano doméstico, o segmento de bares e restaurantes permanece com uma parte de suas empresas fechada, aproximadamente um terço, segundo dados da Associação de Bares e Restaurantes de Alagoas (Abrasel), assim como parte dos hotéis e pousadas. Na cadeia do turismo, o processo de reabertura está sendo lento, estando muito centrada no turismo regional a aposta na demanda hoteleira nos próximos meses.

Com a reabertura, os problemas do setor passaram a ter mais relação com a demanda turística, afetada pela esperada queda de demanda por viagens de lazer ou de trabalho. Esta redução da demanda está relacionada a crise de renda nas famílias de classe média, provocando os cortes diretos nas despesas menos importantes, como viagens e lazer, e ao medo da pandemia. O problema se amplia com a concorrência agressiva das outras regiões, no período pós-pandemia, podendo influenciar a recuperação desse segmento. Nesse futuro próximo, o crescimento setorial dependerá dos investimentos na área ambiental (seja no litoral, zona da mata, sertão ou margem do São Francisco), na infraestrutura (energia e saneamento, principalmente) e na diversificação do produto (a exemplo de Piranhas, Serra da Barriga, turismo ecológico, etc.).

**Indústria.** Diferentemente das limitações impostas para os segmentos não essenciais comerciais e de serviços, as atividades do setor industrial e da construção civil foram flexibilizadas no decreto estadual, ainda em março, respeitando apenas os limites determinados pela saúde pública. A participação da indústria na economia alagoana é relativamente pequena, 12,5%, e vem caindo há uma década (em 2012 representava 22% do PIB estadual), bem distante dos setores de serviços (incluindo a administração) e comércio, que representavam 70% das atividades econômicas no estado.

A perda recente de várias unidades industriais no setor sucroalcooleiro (Cachoeira, Capricho, Guaxuma, Laginha, Penedo, Porto Alegre, Roçadinho, Sinimbu e Triunfo), da fábrica da Pedra e outras unidades menores não foi compensada pela abertura de novas empresas, apesar da implantação de uma unidade de PVC da Braskem, de algumas fábricas no ramo químico-plástico, de outras unidades nos polos industriais de Maceió e Marechal Deodoro e do laticínio sergipano Natville, que reativou a antiga fábrica de achocolatados da Pepsico em União dos Palmares. Essa redução de unidades industriais reflete-se na queda de participação do PIB estadual, no consumo de energia elétrica do setor industrial e no número de trabalhadores ocupados no setor. O grande número de empresas industriais apresentado pela Junta Comercial (15.691) e DataSebrae (13.852) refere-se às milhares de microempresas (e mesmo de MEI's), de caráter familiar, registradas como unidades industriais de porte reduzido, localizadas em pequenas instalações, mas que não entram na contabilidade do IBGE (CEMPRE), nem da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA).

Nesse conjunto industrial, dois grandes segmentos apresentam, particularmente, neste momento, situações especiais: o químico está com sua principal empresa, a Braskem, maior fábrica instalada no Estado, com sua unidade produtora de soda-cloro do Trapiche desativada desde maio do ano passado, em decorrência dos problemas nos bairros do Pinheiro, Mutange, Bom Parto e Bebedouro, influenciando fortemente o desempenho da cadeia químico-plástico; e a agroindústria canavieira, com suas 14 usinas e destilarias, encerrou sua safra 2019/2020 em março, antes do decreto estadual, reativando sua produção industrial no mês de setembro. Essas indústrias maiores (assim como a Sococo e a Copra) têm uma característica comum: dependem mais do mercado nacional/internacional que do mercado local/regional.

A indústria alimentar e a de bebidas continuaram funcionando, assim como as pequenas empresas de móveis, vestuário, de material de limpeza, e as fábricas de setores diversos, vinculadas ao mercado regional, dependentes da renda social e pública (auxílio emergencial, previdência, funcionalismo), a exemplo das unidades localizadas nos distritos industriais do Tabuleiro do Martins e de Marechal Deodoro. No entanto, todas as empresas foram impactadas por dois problemas. O primeiro deles é, sem dúvida, a queda no consumo. A retração nas vendas, com a consequente diminuição da receita, vem afetando quase todas as fábricas. O segundo são as dificuldades dessas indústrias com seus fornecedores e com a logística de transporte que também foi influenciada pela crise da pandemia.

A indústria de transformação e a construção civil apresentaram resultados diferenciados nestes sete meses. A indústria foi afetada pela logística de transporte, principalmente no fornecimento de insumos e na distribuição de mercadorias, pelo aumento dos preços da matéria-prima e pelo recuo da demanda em alguns setores vinculados ao consumo regional. A construção civil, responsável pela produção de imóveis de médio e alto padrão, que trabalha ao lado do setor imobiliário para atender os segmentos de classe média, mesmo sendo considerada uma atividade essencial, entrou

em crise nos meses de isolamento social mais intenso, segundo o Boletim *Sondagem da construção em Alagoas*, de julho<sup>36</sup>, passando a trabalhar num ritmo mais lento devido ao retraimento dos consumidores de classe média e a paralisia das obras públicas.

No entanto, desde o último trimestre de 2019, o setor apresentava um processo de leve recuperação, principalmente na área de reformas, consertos e ampliação de imóveis, tocado pela autoconstrução; e levantamento de novos empreendimentos. Com a epidemia, essa recuperação foi interrompida com a queda na demanda, aumento na inadimplência de clientes, dificuldades de acesso a recursos para capital de giro e financiamento de longo prazo. No entanto, nos meses de julho e agosto, o setor começou a dar sinais de recuperação, apresentando vendas melhores e programando lançamentos para os meses de final de ano<sup>37</sup>.

Na área da construção, o crescimento tem se dado no setor popular da autoconstrução, responsável pela edificação da maioria dos imóveis alagoanos, e nas atividades de reformas de residência. Um fenômeno explicado pela combinação de vários fatores: a) desde o mês de abril, o comércio de varejo de material de construção ficou aberto por ser considerado um segmento essencial; b) a renda das pessoas mais pobres aumentou (auxílio emergencial e outras fontes); c) a necessidade de consertos, reparos e ampliações nas residências existia na maior parte dos imóveis; d) o tempo da pandemia, do isolamento social favoreceu a execução de atividades domésticas; e) a mão de obra no setor estava, em parte, disponível.

O resultado foi um movimento amplo de consumo de material de construção, detectado pela Secretaria da Fazenda logo no mês de maio, quando o varejo apresentou um crescimento de 11,65% e o atacado 20,03%. Esses dados foram ampliados no mês de junho, quando esse segmento cresceu fortemente no atacado (87%) e varejo (57%), resultando no aumento de preços e mesmo na falta de material como cimento, madeira, tijolo, tinta, etc. No mês de julho, o varejo de material de construção alcançou outro excelente resultado, com uma ampliação nas vendas em 81%, no comércio atacado, e 48% no varejo, em relação ao mesmo mês do ano anterior<sup>38</sup>. E seguiu assim até novembro.

A construção civil conheceu um longo período de crescimento entre 2004 e 2014, mas atravessou, de 2015 a 2019, anos acumulados de dificuldades. Nesse período, foram reduzidos os recursos para a construção de habitações populares, a exemplo do programa Minha Casa Minha Vida, diminuindo também o ritmo das obras públicas espalhadas pelos municípios; e, ao mesmo tempo, o setor atravessou um período difícil, com dois anos de recessão seguidos de mais três anos de crescimento baixo, penalizando as compras da classe média, que perdeu renda nesses anos.

Em agosto passado foi anunciado o programa Casa Verde e Amarela, que substituiu o Minha Casa Minha Vida, oferecendo juros mais baixos para o Nordeste, ampliando, dessa forma, as expectativas do setor em relação ao sistema financeiro federal, de onde vem tradicionalmente recursos para financiar suas novas obras ou ampliar seus empréstimos para aquisição de imóveis.

**Agricultura.** Na etapa atual de reabertura (julho-dezembro), cada grande setor da economia atravessa o período especial de forma diferenciada. A agricultura, beneficiada pela temporada excepcional de chuvas, que estimula suas atividades nas três regiões alagoanas (Mata, Agreste e Sertão), praticamente não foi influenciada pelo isolamento social e manteve seu moderado desempenho anterior.

---

<sup>36</sup> FIEA (2020)

<sup>37</sup> FIEA (2020b)

<sup>38</sup> SEFAZ (2020)

A agricultura sofre menos com a pandemia por ter características particulares na sua produção e comercialização, que a distinguem dos demais setores econômicos centrados nas áreas urbanas, a exemplo do comércio, serviços e indústria. Diferentemente das cidades, o afastamento natural de sua população em relação aos aglomerados e cidades, a protege de forma direta do contágio, tornando quase desnecessário o isolamento social. Segundo, a comercialização agrícola é feita distante do espaço de produção, indo seus produtos para as feiras livres e outros canais de comercialização nas cidades ou para as agroindústrias próximas. As perdas da agricultura estão relacionadas à queda da demanda e a dificuldades na comercialização.

Com mais um ano de chuvas regulares, Alagoas está conseguindo superar o período de seca que afetou todo o Nordeste entre 2012-2016, penalizando a agricultura e a pecuária, principalmente no Agreste e Sertão. Os dados de chuvas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh) para os meses de janeiro/março, mesmo antes da “quadra invernal”, foram positivos, acima dos valores médios históricos, ampliando o volume de chuvas nos meses de abril/junho, garantindo uma safra acima das médias dos anos pós-seca<sup>39</sup>. O mesmo está acontecendo na pecuária, onde mais chuva significa mais pastos, mais água (nos açudes, barreiros e cisternas) e alimentos (forragens) para 1,2 milhão de bovinos e 370 mil ovinos e caprinos concentrados no Agreste e Sertão.

Os próximos meses, segundo as previsões do levantamento mensal do IBGE, serão de uma produção maior que a do ano passado. A Conab, responsável pelo levantamento trimestral da produção do setor sucroalcooleiro por meio do boletim semestral “Acompanhamento da safra brasileira – cana-de-açúcar” (agosto/2020), prevê, para a safra 2020/2021, uma produção de 18,4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, um aumento de 5,5% em relação à safra passada, graças às chuvas regulares e mais intensas que as do ano passado. Mesmo com chuvas regulares, a produção regional nordestina de cana continua com baixa produtividade média (59 tons/ha), assim como a alagoana (61 tons/ha) em relação à alcançada no Sudeste (80 tons/ha), com destaque para Minas Gerais (83 tons/ha). Este ano, a safra 2020/21 (setembro/março) foi aberta pela Cooperativa Pindorama (17/08). As 14 unidades industriais deverão produzir mais 30,2% de açúcar, que vem apresentando preços remuneradores no plano internacional; e -49,4% de etanol, que perdeu competitividade, no mercado interno, para a gasolina e terá um volume menor<sup>40</sup>.

As chuvas deste ano também auxiliaram as outras culturas e atividades. A pecuária terá uma produção mais elevada que a do ano passado, porque tem a garantia de mais água e melhores pastos para o gado, como também melhores preços para o leite e a carne; a produção de alimentos – feijão, milho, mandioca – será maior este ano; e a produção de fumo, que foi recorde no ano passado, deverá repetir o mesmo desempenho este ano. O mais recente “Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)” (novembro/2020), do IBGE<sup>41</sup>, revela que a agricultura de cereais, leguminosas e oleaginosas (algodão, amendoim, arroz, feijão, milho, soja e sorgo) deverá registrar um crescimento da área plantada em 44,9% e 5,6% da produção em relação à safra de 2019. No entanto, importa registrar, que Alagoas é o Estado nordestino de menor área plantada

---

<sup>39</sup> SEMARH (2020)

<sup>40</sup> CONAB (2020)

<sup>41</sup> IBGE (2020)

com esses produtos e a segunda menor produção, superando apenas o Rio Grande do Norte<sup>42</sup>.

#### NORDESTE: ÁREA/PRODUÇÃO DE CEREAIS, LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS

ESTADO	ÁREA (ha)	Partic.	PRODUÇÃO (tons)	Partic.
BAHIA	3 119 015	4.8	10 063 245	4.0
MARANHÃO	1 594 001	2.4	5 421 411	2.2
PIAUI	1 516 151	2.3	4 907 169	1.9
CEARÁ	922 555	1.4	784 926	0.3
PERNAMBUCO	308 637	0.5	246 536	0.1
PARAÍBA	193 424	0.3	118 844	0.0
SERGIPE	164 153	0.3	883 838	0.4
RIO GRANDE DO NORTE	110 227	0.2	58 309	0.0
<b>ALAGOAS</b>	<b>66 404</b>	<b>0.1</b>	<b>101 251</b>	<b>0.0</b>
<b>NORDESTE</b>	<b>7 994 567</b>	<b>12.2</b>	<b>22 585 529</b>	<b>9.0</b>

Fonte: IBGE (Nov/2020)

A agricultura de Alagoas, com 320 mil hectares de cana-de-açúcar e 844 mil hectares de pastos, possui uma pequena área, de 66 mil hectares, plantada com cereais, leguminosas e oleaginosas, representando uma inexpressiva produção em termos regionais, indicando a fragilidade desse modelo de agricultura e, ao mesmo tempo, a possibilidade de crescimento na produção de alimentos.

**As mudanças futuras.** O drama do coronavírus expôs de forma clara, nos sentidos econômico e social, o quanto a sociedade alagoana é pobre e desigual. Uma sociedade precocemente urbanizada (80% da população vivem em áreas urbanizadas), que está envelhecendo (380 mil alagoanos têm 60 anos ou mais, significando 12% da população), resultado da queda na mortalidade infantil, que retrocedeu de 37,7 casos por mil nascidos, em 2000, para 16,4 casos, em 2019; e do aumento de expectativa de vida média que saiu de 64,3 anos em 2000 para 72,7 anos em 2019. Uma sociedade sobre a qual a pandemia e a crise econômica acentuarão suas características de pobreza e desigualdade.

A economia alagoana, passado esse período, depois das suas fases de isolamento social e reabertura controlada, deverá ser foco de um debate reflexivo sobre seu futuro próximo. A pobreza, a desigualdade e a excessiva dependência das transferências federais (para a criação de infraestrutura, realização dos programas de desenvolvimento econômico e funcionamento das políticas sociais) têm provocado inquietações nos meios políticos, nas representações empresariais e sindicais de trabalhadores, no meio acadêmico, na mídia local e nas instituições públicas que buscam respostas para a superação de uma situação que dura décadas, sem perspectivas claras de mudanças.

O período pós-epidemia trará reflexões sobre esse fenômeno e, provavelmente, haverá mais cobranças no enfrentamento dos déficits sociais e da falta de oportunidades, e da necessidade de ampliação das políticas públicas. Essa talvez seja uma das principais questões a ser colocada na pauta política e econômica ainda no começo do próximo ano.

No curto prazo, a “aparente normalidade” da economia, para ser mantida, demandará a prorrogação das medidas emergenciais, principalmente do Auxílio Emergencial e do Programa de Manutenção do Emprego. A necessidade de que esse

<sup>42</sup> IBGE (2020c)



auxílio fosse mantido por seis meses já estava contemplado no documento “Evitando a Pandemia da Pobreza: Possibilidades para o Programa Bolsa Família e para o Cadastro Único em Resposta à Covid-19”, uma nota técnica do IPEA, servindo de base para a tomada de decisão do Auxílio Emergencial, elaborada ainda em março, quando foi solicitada pelo Ministério da Economia<sup>43</sup>. Por sua vez, o Programa de Manutenção do Emprego foi prorrogado por mais 90 dias, até dezembro, num processo negociado no Congresso Nacional<sup>44</sup>. No médio prazo – os anos próximos – será mais exigida a intervenção das políticas públicas permanentes na área social, dos programas de desenvolvimento e dos investimentos em infraestrutura urbana.

As experiências exitosas de intervenção pública apontam para essa possibilidade de futuro. Nos estados nordestinos, duas grandes e conectadas políticas públicas atuam com destaque na vida social e econômica regional: o Sistema Único de Saúde (SUS), uma estrutura que se caracteriza pela universalidade de acesso e gratuidade do atendimento, e o sistema público de educação, nos seus três níveis governamentais (municipal, estadual e federal). Em cada um dos estados, esse sistema público apresenta números expressivos. Em Alagoas, o SUS, com seus postos de saúde, hospitais e, principalmente, o Programa de Saúde da Família (PSF), um dos seus braços, com seu exército de 5.900 agentes comunitários de saúde, em 900 equipes, assiste a 2,5 milhões de alagoanos, 76% da população, os mais pobres. A renda baixa da população faz com que somente uma pequena parcela da população (365 mil pessoas, 11% dos 3,3 milhões de alagoanos), tenha acesso aos planos privados de assistência médica<sup>45</sup>.

A rede de ensino básico – estadual e municipal, com quase um milhão de alunos inscritos, responde, ainda de forma limitada, pela oferta de educação pública em um Estado conhecido pelos históricos indicadores sociais negativos. Os efeitos positivos das políticas públicas permanentes de educação – com seus limites e distorções – nestas duas últimas décadas, podem ser exemplificados na mudança do perfil escolar do eleitorado alagoano (2,2 milhões de cidadãos). Entre os anos 2000-2020, o número de eleitores analfabetos caiu de 52% para 24,5%, os com ensino fundamental estacionaram em 31%, os com nível médio saltaram de 14% para 34,5% e com ensino superior triplicaram de 3% para 10%. Isso significa que, atualmente, 44,5% do eleitorado alagoano têm nível médio ou superior. Nos anos recentes, a expansão do ensino superior fez a região Nordeste superar o Sul do Brasil em número de matrículas (1,8 milhão no Nordeste; 1,4 milhão no Sul). Alagoas acompanha essa expansão universitária com 106 mil alunos matriculados<sup>46</sup>.

A esse sistema de saúde e educação pública, responsável pelas melhorias na área social, somam-se os programas de transferência direta de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF), ou a cobertura previdenciária, principalmente o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que passaram a fazer parte da vida da maioria dos alagoanos. Numa região subdesenvolvida, a mais atrasada do país, os programas de criação de infraestrutura social, como saneamento, habitação e a universalização do acesso à energia elétrica, aliados aos programas de desenvolvimento econômico, como o microcrédito produtivo urbano e rural, o crédito agrícola, as compras públicas da agricultura familiar, têm gerado impactos sociais positivos reconhecidos por inúmeros estudos acadêmicos e pelos organismos internacionais.

---

<sup>43</sup> IPEA (2020)

<sup>44</sup> SENADO (16/06/2020)

<sup>45</sup> ANS (2020)

<sup>46</sup> MEC/INEP (2020)

Esses investimentos e outras políticas também mudaram a paisagem social e ambiental alagoana. No ano 2000, na tipologia do PNUD/ONU de desenvolvimento humano municipal, o IDH-M (combinação de renda, mais educação e expectativa de vida), dos 102 municípios alagoanos, em 98 dessas localidades, era considerado de “muito baixo desenvolvimento” e apenas quatro (Maceió, Satuba, Rio Largo e São Miguel dos Campos) tinham o perfil de “baixo desenvolvimento”. No ano 2010, apenas duas localidades (Oliveira e Inhapi) continuavam com “muito baixo” e 86 tinham avançado para “baixo” e outras 13 para “médio desenvolvimento”. Maceió, a capital, foi para “alto desenvolvimento”. Os resultados do Censo de 2020 deverão mostrar outra realidade mais positiva, quando, devido à manutenção dessas políticas públicas, todos os municípios de Alagoas deverão apresentar o status de “médio” ou “alto desenvolvimento humano”.

No plano ambiental, Alagoas, marcada pela devastação dos seus dois maiores biomas, a Mata Atlântica (com 90% de desmatamento) e da Caatinga (com 80%), vem obtendo, em anos recentes, resultados surpreendentes na queda do desflorestamento, obtidos pelas políticas federais/estaduais de controle e pela educação ambiental, chegando, em 2019, ao sonhado “desmatamento zero” (menos de 100 hectares derrubados), segundo a Fundação SOS Mata Atlântica, que monitora os recursos florestais brasileiros desde 1985<sup>47</sup>.

Essas mudanças sociais e econômicas permitiram, nos anos recentes de seca no Nordeste (2011-2016), considerada como uma das mais severas da história pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que a população do semiárido (sertão e agreste) atravessasse esse período com relativa tranquilidade, sem notícias ou registros de situações passadas, como a migração, saques, invasões de cidades e perdas de vidas, cenas comuns até os anos 1990. O investimento em políticas públicas, pela melhoria da escolaridade, das condições sanitárias e habitacionais e pelo aumento da produtividade na economia, resulta, comprovadamente, em desenvolvimento econômico, diminuição das desigualdades sociais e melhorias ambientais. Sem conhecer o papel dessas políticas seria impossível compreender a vida cotidiana de quase todos os nordestinos, especialmente dos alagoanos.

Os meses de epidemia estão mostrando que a maioria absoluta da população alagoana, assim como a nordestina, neste momento, pôde contar com a rede de postos e hospitais do serviço de saúde público – o SUS; e, no caso de apoio a sua sobrevivência e cobertura de suas despesas básicas, conta com os programas sociais federais operacionalizados pela rede financeira federal. Da mesma forma, as medidas nacionais de apoio às empresas, principalmente as MPE’s e MEI’s, foram sustentadas por bancos públicos, como a Caixa Econômica, Banco do Brasil, BNDES e BNB, que ficaram muito mais presentes neste momento. Provavelmente, no período pós-epidemia, deve ocorrer um maior debate de como se pode enfrentar a pobreza e a desigualdade, fortalecendo os mecanismos públicos, ao tempo em que se trabalha o processo de retomada econômica, com políticas e programas capazes de fortalecer a base produtiva regional.

---

<sup>47</sup> Fundação SOS Mata Atlântica (2020)

## NOTAS DA CONJUNTURA (março-dezembro)

**Nota 1: Transformação digital e “uberização” da força de trabalho.** Este período de nove meses de isolamento social e de reabertura controlada trouxe uma aceleração de dois fenômenos nas áreas econômica e social: a da comercialização eletrônica, que é parte do processo de “transformação digital” das empresas do setor de comércio e serviços; e a ampliação da “uberização” da força de trabalho, com a utilização em escala maior dos autônomos. O cenário da pandemia, com o isolamento social e as restrições ao funcionamento das empresas e dos movimentos de circulação, obrigou esses dois grandes setores econômicos – comércio e serviços – a reagirem, fazendo uso mais intenso da tecnologia para sobreviver e ampliar o negócio. Esse movimento fez crescer o comércio eletrônico, o e-commerce, que já era forte entre as grandes cadeias de varejo, com menor presença nas empresas de médio porte, chegando ao comércio de bairro. A pesquisa “Transformação Digital nas MPE”, de julho de 2018 (bem antes da pandemia), constatava que 94% dos pequenos negócios utilizavam o celular, 73% a internet e 61% computador; 16% tinham página na internet, 26% página no facebook e 69% divulgavam suas atividades no whatsapp<sup>48</sup>. Essas empresas, nos meses do isolamento social, incorporaram mais tecnologias, adaptaram-se e se integraram às plataformas de vendas on-line, e passaram a utilizar o marketing digital das redes sociais e o pagamento eletrônico.

O isolamento social antecipou e acelerou o acesso às plataformas eletrônicas, com a exposição dos produtos que vão para o delivery, e ao marketing digital nas redes sociais. No isolamento social, esse movimento facilitado pelas condições técnicas existentes, antecipou essa tendência, tendo em vista os consumidores alagoanos estarem atualmente mais conectados às redes sociais e receptivos às inovações, na medida que são portadores de 2,6 milhões de celulares, de smartphones, os telefones inteligentes, segundo a Anatel<sup>49</sup>. Em 2018, o IBGE constatava que apenas ¼ dos domicílios de Alagoas tinham microcomputador ou tablet, mas, por outro lado, 90,9% das residências tinham o telefone celular e 84,4% dos moradores acessavam a rede Internet<sup>50</sup>.

No lado do setor de comércio e serviços, uma parte das 62 mil empresas decidiu avançar na transformação digital, utilizando as novas tecnologias, reorientando-se estrategicamente. Alteraram seu modelo de negócios, posicionando-se no mercado de forma diferente, após a incorporação da venda a distância, conectando-se ao e-commerce. Entre os dois segmentos – estabelecimentos e consumidores –, surge a presença de centenas de empresas do setor da tecnologia de informação e comunicação (TIC), concentradas em Maceió, que, em tempo recorde, souberam responder a essas empresas com serviços de comunicação multimídia, provedores, portais, blogs, programas de computadores, treinamento e consultoria.

Essa aceleração, no entanto, não existiria sem a utilização em escala crescente dos trabalhadores autônomos, dos entregadores por aplicativos. Essa atividade de entrega tipo delivery surge como uma alternativa para uma parte do contingente de 220 mil desempregados (“desocupados”, segundo o IBGE), mais 230 mil autônomos, os “contaproprias”, e os 300 mil desalentados (trabalhadores que deixaram de procurar emprego), que formam um conjunto de mais de 750 mil pessoas em Alagoas. A pré-condição para esse trabalho é ter um transporte individual, exigência equacionada pelo número de

---

<sup>48</sup> SEBBRAE (2018)

<sup>49</sup> ANATEL (2020)

<sup>50</sup> IBGE/PNAD (2020)

motocicletas, em suas várias formas e modelos, que é de 364 mil unidades (outubro), com 86 mil unidades em Maceió e 60 mil em Arapiraca. Uma frota que não para de crescer: entre os meses de janeiro e outubro deste ano, foram registradas mais 12 mil novas motos em Alagoas<sup>51</sup>. Levando-se em conta que, tradicionalmente, as bicicletas entram no mercado em número ligeiramente maior que o de motos, elas chegam a, aproximadamente, meio milhão de unidades. Ou seja, a presença abundante de mão de obra e de meios de transportes individuais trabalha para uma oferta elástica de entregadores de aplicativos. Por sua vez, associada à digitalização dos serviços de transporte, Alagoas possui 50 mil carteiras de habilitação de motorista que têm o selo “EAR”, ou seja, “exerce atividade remunerada” (como motoristas de aplicativos, entregadores, vans, etc.)<sup>52</sup>. De um lado, as empresas incorporam as tecnologias digitais; de outro, aproveitam esse imenso contingente de trabalhadores, disponíveis pelo desemprego estrutural.

Essa atividade, sem garantias trabalhistas, caracteriza-se pelo uso de meios de transportes individuais (moto e bicicleta) e pelo pagamento relacionado à produtividade, o que exige altas cargas horárias, quase sempre excedendo as oito horas diárias, para atingir um ganho diário/mensal suficiente para cobrir as necessidades básicas e os custos envolvidos. Os entregadores já formam uma categoria de trabalhadores que, em processo de organização, demandam taxa mínima por entrega, equipamentos de proteção, seguro contra acidentes e o fim do sistema de pontuação, considerado injusto. Parte desse conjunto é composta de MEI’s com os quais as empresas firmam acordo de prestação de serviços, com custeio do combustível e manutenção da moto; outra parte é de avulsos que trabalham para essas empresas e para as redes ou estabelecimentos menores.

No levantamento do mercado nacional de trabalho feito pela PNAD (julho, 2020), os destaques nas ocupações que perderam renda habitual, pela presença maior de novos contratados, foram a de motorista (ônibus, táxi, van), com 2,1 milhões de trabalhadores, e a que engloba os entregadores de mercadorias por aplicativos (das empresas UberEats, iFood, Rappi e de lojas, farmácias e restaurantes), com 646 mil trabalhadores<sup>53</sup>.

Nas cidades maiores, como Maceió e Arapiraca, e nas demais sedes mesorregionais, a tendência é a ampliação, com mais velocidade, desse processo de integração da rede comercial e de serviços ao comércio eletrônico na medida em que, nesse período de pandemia, com o isolamento e o distanciamento social, mais consumidores aprenderam a utilizar esses serviços. Por outro lado, as empresas do setor de tecnologia da informação e comunicação tendem a diversificar e baratear cada vez mais os seus serviços. E, na comercialização, os trabalhadores autônomos, com sua oferta elástica de mão de obra, garantem a entrega de produtos.

---

<sup>51</sup> DENATRAN (2020)

<sup>52</sup> DETRAN-AL (29/08/2019)

<sup>53</sup> DIEESE (20/07/2020)

**Nota2: A Braskem na economia alagoana.** Nestes meses de pandemia, e mesmo antes desse período, a questão do afundamento do solo dos bairros do Pinheiro, Bom Parto, Bebedouro e Mutange, com a mudança de sua população para outras partes da cidade, foi um tema que mobilizou parte da sociedade em algumas manifestações e permaneceu como um assunto presente no cotidiano da mídia estadual, demonstrando a importância desse problema para toda a cidade. Essa é uma questão que tem um lado econômico, pela perda do patrimônio residencial, das empresas e das instituições localizadas naquela área; tem um lado ambiental, que significa o afundamento do solo dos bairros e sua possível transformação em áreas não urbanizadas; mas tem outro lado maior, bem maior, que é o drama do deslocamento involuntário, das perdas de vínculos sentimentais com o lugar de moradia de nove mil famílias que estão sendo transferidas para outras partes da cidade. Esse é um problema que, por sua amplitude e complexidade, exigiu ser acompanhado pelos órgãos públicos, principalmente os Ministérios Públicos federal (MPF) e estadual (MP-AL), e as Defensorias Públicas da União (DPU) e Estadual (DPE), no sentido de minimizar as perdas materiais, garantindo as indenizações e custos de transferências. Esse tema, pelo peso na economia estadual, merece algumas reflexões.

A Braskem é uma longa história de quase meio século na economia de Alagoas, particularmente na vida de Maceió. O livro “Salgema – do erro à tragédia”, do jornalista Joaldo Cavalcante, lançado recentemente, conta essa história. A instalação de uma indústria química naquele local – Pontal da Barra – e a extração de sal-gema numa área densamente urbanizada somente podem ser compreendidas no cenário dos anos 1970. Naquela época, a economia do país vivia a pressão de uma industrialização pautada pela necessidade de substituição das importações, entre elas os produtos químicos. A implantação das fábricas de bens intermediários no Nordeste era vista como uma política estratégica de desenvolvimento regional pela Sudene, BNB e BNDES. O país vivia numa ditadura, com governos estaduais nomeados e prefeitos escolhidos indiretamente, sem autonomia, com poucos espaços políticos para debates sobre modelo de desenvolvimento. A questão ambiental ainda não tinha a importância social que alcançaria a partir dos anos 1990, nem os órgãos de planejamento e fiscalização ambiental tinham a força política necessária, ainda que alguns intelectuais, técnicos e cientistas tenham se posicionado criticamente no momento da implantação daquela fábrica. Esse contexto explica a aprovação de uma fábrica com aquelas características e daquele porte, numa área ambientalmente sensível, a restinga, num bairro central da capital do Estado que, no momento de sua instalação, tinha 400 mil habitantes.

A Braskem e a ideia de um polo químico fazem parte de uma série de tentativas estatais, apoiadas pela pequena classe média e pelo universo técnico da administração pública, de diversificar a atrasada e pobre economia alagoana marcada, há muitos séculos, pelo binômio cana/pecuária, pelo domínio dos engenhos e usinas de açúcar e fazendas de gado. A exploração do petróleo em Alagoas, nos anos 1950 e 1960, despertou alguns sonhos de crescimento econômico e de industrialização, o que não aconteceu pela pequena produção local. A fundação da Companhia do Desenvolvimento de Alagoas, Codeal, no governo Muniz Falcão, e a construção de distritos industriais, como o do Tabuleiro do Martins, levantaram a expectativa da criação de um expressivo parque fabril no Estado, mas o mercado estreito, a falta de infraestrutura e as dificuldades de financiamento limitaram esse processo. Por décadas, o turismo também foi visto como um elemento dessa diversificação, que somente se realizou nestes vinte anos recentes.

Nos anos 1970 até os anos 1990, a ideia de um Polo Cloro-álcool-químico (PCA), a partir da presença da indústria-motriz, que seria a Braskem, foi uma tentativa na direção

da diversificação que, no entanto, encontrou pela frente uma conjuntura econômica recessiva, que durou toda uma década, somada à crise estadual, que terminou na deposição do governo Suruagy em 1997. Para complicar ainda mais, as presenças ativas e a concorrência dos polos químicos de Camaçari, na Bahia, Cubatão, em São Paulo e Triunfo, no Rio Grande do Sul, ajudaram a esvaziar, naquele período, o projeto em Alagoas.

A fábrica Braskem, sem um polo industrial a ela vinculado, é apenas uma grande empresa nacional que atua como um enclave em Alagoas. Sem conexões com o tecido industrial local, apoiada em benefícios fiscais e com um pequeno número de trabalhadores, a fábrica retira sal-gema do subsolo alagoano, abastece-se de energia na Chesf com tarifas especiais, elabora bens intermediários de forma mais competitiva por serem os insumos mais baratos, garantindo custos industriais mais baixos e alta lucratividade, e envia a produção para outros estados ou mesmo exterior. Serve nacionalmente, mas tem poucos vínculos com a economia local.

A Braskem, com suas grandes unidades industriais instaladas em Maceió e Marechal Deodoro, é, individualmente, a maior empresa localizada no Estado, mas não significa um grande empregador ou contribuinte fiscal. Esse papel nunca foi posto para essa empresa. A empresa química por ser intensiva de capital, de uso intenso de tecnologia, ocupa pouca mão de obra; pelos benefícios fiscais da primeira planta (do Pontal), inaugurada em 1975, e pelos benefícios para a planta de Marechal Deodoro, inaugurada em 2012, a Braskem nunca foi um grande contribuinte ao Tesouro estadual.

O sentido de uma unidade industrial com as características da Braskem é servir de indústria-motriz a um polo industrial, a um aglomerado de fábricas de 2ª e 3ª geração, como a cadeia químico-plástico, que cumpriria o papel de produtora de mercadorias que disputam o mercado estadual e regional nordestino, empregadora de mão de obra local e geradora de impostos. A Braskem, por suas características, é uma indústria diferente da Mineradora Vale Verde (MMV), instalada em Craíbas, ao lado de Arapiraca. A MVV, um grande investimento de um fundo de investimento com sede em Londres (Appian Capital Advisory LLP), no valor de R\$750 milhões de reais, tem como objetivo único extrair o cobre do subsolo da região do Projeto Serrote, por meio de uma mina a céu aberto, com reservas de 85,5 milhões de toneladas de cobre e uma vida útil projetada de 14 anos, realizando o beneficiamento e produção do concentrado de cobre destinada à exportação. A partir desse projeto, que recebeu todos os benefícios fiscais do Estado de Alagoas, não se tenciona, a partir de sua atividade extrativa mineral, criar nenhuma outra unidade industrial ao seu redor, como explica seu próprio projeto<sup>54</sup>. Essa diferença obriga a uma análise mais acurada do caso Braskem.

Nos anos 2000, a ideia da diversificação na indústria química alagoana mudou com a aproximação entre Estado, Braskem e a rede financeira federal, numa conjuntura nacional mais favorável, com a superação da ideia de um polo químico e a criação da Cadeia Químico-Plástico. Essa cadeia é uma alternativa de aproveitamento da presença das unidades da Braskem em Maceió e Marechal Deodoro e da infraestrutura construída nas décadas anteriores, para atrair novos investimentos industriais, com apoio estadual, que oferece vantagens locacional, fiscal e creditícia; contando também com financiamento ou incentivos da Sudene, BNB e BNDES.

A Cadeia Químico-Plástico é uma experiência que, mesmo apresentando resultados limitados, engloba mais de uma centena de indústrias, na sua maioria micro, pequenas e médias empresas, formando um aglomerado ainda em construção, aproveitando os

---

<sup>54</sup> MMV (2020)



incentivos públicos, consumindo parte, ainda pequena, dos insumos da Braskem<sup>55</sup>. Na atual conjuntura, marcada pelas demandas da população dos bairros afetados pela mineração, esse conjunto de empresas industriais assiste esse processo de negociação que deve, primeiro, atender, plenamente, aos interesses de todos os moradores afetados; segundo, apontar uma saída econômica para a cadeia químico-plástico.

Desde a confirmação do papel da mineradora no afundamento dos superpovoados bairros do Pinheiro, Bebedouro, Mutange e Bom Parto, com a suspensão das atividades da fábrica da Braskem, há mais de um ano, a empresa trabalha a importação da matéria-prima para o retorno da atividade da unidade de cloro-soda e dicloretano, apresentada como uma saída temporária até a mineradora encontrar uma alternativa para extrair sal-gema em Alagoas. A possibilidade do fechamento ou da realocação da fábrica do Pontal não foi levantada. Desde maio do ano passado, as instituições estatais, Prefeitura e Estado, e a representação empresarial alagoana têm defendido, publicamente, a reabertura e a manutenção da fábrica em Maceió.

A opção da Braskem, pelos investimentos realizados na sua implantação e na infraestrutura construída, pelas dificuldades em fechar ou transferir essa unidade para outra localidade e pelos custos altos de importar a matéria-prima, está sendo a da busca de outra área de extração de sal-gema nas proximidades de Maceió. Confirmando que não tem mais intenção em retomar a lavra nas áreas dos bairros do Pinheiro, Bebedouro, Bom Parto e Mutange, a Braskem solicitou à Agência Nacional de Mineração (ANM) sete autorizações para pesquisar potenciais áreas de reservas de sal-gema, com jazidas viáveis à exploração, em áreas rurais dos municípios de Maceió, Paripueira e Barra de Santo Antônio, distantes dos centros urbanos<sup>56</sup>.

Nesse processo, ainda em andamento, o que se deve exigir, diferentemente do passado, é que tanto sua localização, como o novo projeto de extração do sal-gema e as novas tecnologias a serem utilizadas no processo de mineração sejam amplamente conhecidos, debatidos com a sociedade, com o corpo técnico do Estado e da Prefeitura, para que resultem numa solução economicamente viável, mas social e ambientalmente responsável. A alternativa de deslocamento da planta do Pontal para o distrito industrial de Marechal poderá entrar nessa agenda, como tem defendido o jornalista Anivaldo Miranda, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), ambientalista renomado pelo conhecimento e equilíbrio com que tem tratado as questões ligadas ao desenvolvimento e meio ambiente em Alagoas<sup>57</sup>.

Essa crise do afundamento dos bairros revelou como os recursos financeiros para a realocação da fábrica do Ponta da Barral em um novo ambiente, como o polo de Marechal Deodoro, não configuram um problema insolúvel. O maior projeto industrial realizado pela Braskem em sua história foi a unidade de Marechal Deodoro, com capacidade para produzir 200 mil toneladas anuais de PVC, investimento no valor de R\$ 1 bilhão (equivalente a R\$ 1,6 bilhão em 2020), inaugurada em 2012. Esse volume de recursos mobilizados para o maior projeto da Braskem é seis vezes menor que as atuais despesas com as indenizações e os deslocamentos da população dos bairros afetados, mais os gastos previstos com o fechamento das minas de sal-gema.

O processo está em andamento. Em maio de 2019, depois da confirmação da responsabilidade da empresa, o Tribunal de Justiça de Alagoas bloqueou R\$3,7 bilhões da Braskem como medida preventiva para o pagamento das despesas com o afundamento

---

<sup>55</sup> DIODATO (2018)

<sup>56</sup> TRIBUNALHOJE (09/09/2020)

<sup>57</sup> GAZETA DE ALAGOAS (18/07/2020)

dos bairros em Maceió. Em julho de 2019, a primeira ação civil movida pelo MPF demandava 20 bilhões em reparação pelos danos socioambientais. Essas decisões levaram a Braskem à mesa de negociações com órgãos federais e estaduais.

Em janeiro deste ano, a companhia anunciou um acordo, que se transformou no Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação, orçado em 2,7 bilhões de reais. O acordo previa pagamentos de 1,7 bilhão de reais em indenizações a 40 mil moradores de Maceió que estão dentro da área de risco. Para isso, a Braskem fez um provisionamento de R\$ 3,4 bilhões para enfrentar as despesas com as nove mil famílias a serem deslocadas das áreas afundadas. Logo depois, a empresa decidiu reservar mais R\$ 850 milhões com a ampliação das novas áreas de risco e R\$750 milhões com o encerramento definitivo das minas de sal-gema e monitoramento dos 35 poços que ainda funcionavam. Em outubro, depois de consolidar o terceiro mapa com as novas áreas de risco, incluindo mais dois mil imóveis, e se aproximar de um acordo definitivo, a conta estava em R\$ 8,3 bilhões<sup>58</sup>. Como se fosse uma conta sem fim, em novembro, a Braskem, atendendo uma demanda da Agência Nacional de Mineração (ANM) para o fechamento das minas, fez mais um provisionamento de R\$3 bilhões, alcançando um total de 11,5 bilhões de reais<sup>59</sup>. Este valor representa o equivalente ao de seis fábricas iguais à unidade de PVC de Marechal Deodoro. Os custos de transferência da planta do Pontal para Marechal Deodoro, portanto, poderiam ser absorvidos pela empresa, numa negociação com o Estado, Prefeitura de Maceió e rede financeira federal.

Essa alternativa de realocação poderia ser aprovada como uma solução para a cidade de Maceió, que recuperaria os bairros do Pontal da Barra, Trapiche, Prado e Centro, afetados em sua valorização pela presença ou proximidade da fábrica; uma boa solução também para as empresas da cadeia químico-plástico de Alagoas, sinalizando positivamente, com sua permanência no estado, para futuros investimentos em sua ampliação; e seria uma boa solução para a empresa que, sem perder competitividade, iria para a área onde sempre deveria ter estado – o distrito industrial de Marechal Deodoro, distanciando-se do Pontal, onde tem uma presença e uma imagem socialmente incômodas, vinculadas ao enorme problema do afundamento dos solos causado pela extração do sal-gema, por 40 anos. A continuidade da indústria no Pontal trará o débito em conta para a Braskem de todo e qualquer problema ambiental nesses bairros próximos à fábrica, nas localidades que tiveram os solos afundados e nos bairros vizinhos, todos eles densamente povoados.

---

<sup>58</sup> Valor Econômico (13/10/2020)

<sup>59</sup> Valor Econômico (27/11/2020)

## Notas

1. CARVALHO, C.P. “Alagoas: 2000-2018”. In *Revista Conjuntura Econômica*, BNB (ed. especial, 2019); <https://cutt.ly/2ho6B2y>
2. BNB (2020);
3. O Globo (13/10/2020);
4. BCB (2020a);
5. BCB (16/11/2020)
6. BCB (2020b);
7. BCB (2020c);
8. Diário Oficial do Estado de Alagoas. Imprensa Oficial Graciliano Ramos, n.1287 (20/03/2020);
9. Prefeitura Municipal de Maceió (PMM). Diário Oficial do Município (DOM) (23/04/2020);
10. Boletim SESAU-Convid-19. n. 269. (30/11/2020);
11. Ministério da Cidadania. (2020);
12. IBGE. Síntese de Informações Sociais (SIS) (2020);
13. BNB/ Banco do Nordeste do Brasil (2020b);
14. Poder 360º (18/08/2020);
15. Ministério da Cidadania (2020);
16. Senado (22/04/2020);
17. DIEESE/Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2020);
18. Ministério do Trabalho/Sec. do Trabalho (2020);
19. BNDES/Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (2020);
20. Valor Econômico (21/07/2020);
21. Ministério da Cidadania (2020);
22. FGV (2020);
23. Sebrae (2020);
24. Ministério da Economia (18/11/2020);
25. BNDES (18/11/2020);
26. SUDENE/Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (2020b);
27. CONFAZ (2020)
28. EPE/ Empresa de Pesquisa Energética (2020);
29. SEPLAG (2020);
30. CONFAZ (2020);
31. Globo (15/10/2020);
32. Confaz (2020)
33. SEFAZ/Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas (2020a);
34. CNC (2020);
35. ABAD/Associação Brasileira de Distribuidores (2020);
36. FIEA (2020)
37. FIEA (2020b);
38. SEFAZ/Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas (2020b);
39. SEMARH/Secretaria Estadual do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos (2020);
40. CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento (2020);
41. IBGE (2020c);
42. IBGE (2020c);
43. IPEA/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2020);

- 44.Senado (16/06/2020);
- 45.ANS (2020);
- 46.MEC/INEP (2020);
- 47.Fundação Mata Atlântica (2020);
- 48.SEBRAE (2018)
- 49.ANATEL (2020);
- 50.IBGE/PNAD (2020);
- 51.DENATRAN (2020);
- 52.Detran-AL (29/08/2019);
- 53.DIEESE (20/07/2020);
- 54.MMV (2020):
- 55.DIODATO (2018);
- 56.TribunaHoje (09/09/2020);
- 57.Gazeta de Alagoas (18/07/2020);
- 58.Valor Econômico (13/10/2020);
- 59.Valor Econômico (27/11/2020)

## ALAGOAS – Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto - 2010-2017

Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto (%)							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Total das Atividades</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>12,0</b>	<b>10,6</b>	<b>9,5</b>	<b>10,4</b>	<b>11,1</b>	<b>11,5</b>	<b>15,1</b>	<b>17,8</b>
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita	9,5	10,3	9,1	9,0	8,9	9,1	12,3	14,6
Pecuária, inclusive apoio à Pecuária	1,2	1,0	1,2	1,3	1,2	1,3	1,2	1,2
Produção florestal, pesca e aquicultura	1,3	-0,7	-0,9	0,1	1,0	1,1	1,6	2,0
<b>Indústria</b>	<b>19,3</b>	<b>22,8</b>	<b>20,0</b>	<b>17,6</b>	<b>16,0</b>	<b>15,2</b>	<b>12,4</b>	<b>12,6</b>
Indústrias extrativas	1,7	2,0	2,3	2,2	1,0	0,6	0,2	0,3
Indústrias de transformação	8,2	11,3	8,8	6,9	6,7	7,9	5,5	5,8
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2,2	2,0	2,1	1,6	1,6	1,7	1,5	2,1
Construção	7,2	7,4	6,9	6,9	6,6	5,0	5,1	4,4
<b>Serviços</b>	<b>68,7</b>	<b>66,6</b>	<b>70,5</b>	<b>72,1</b>	<b>73,0</b>	<b>73,3</b>	<b>72,5</b>	<b>69,6</b>
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	13,8	14,6	16,2	15,1	15,8	17,3	14,1	12,0
Transporte, armazenagem e correio	2,8	2,7	2,7	3,1	3,1	3,4	3,5	3,2
Alojamento e alimentação	2,4	2,6	2,9	3,0	2,7	2,7	2,8	3,3
Informação e comunicação	1,9	1,4	1,2	1,5	1,5	1,3	1,3	1,3
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2,5	2,3	2,5	2,6	2,8	2,8	3,1	3,3
Atividades imobiliárias	8,4	7,3	8,9	9,1	10,3	10,2	10,4	9,6
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	4,0	4,1	4,2	4,5	4,5	4,7	5,0	5,4
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	27,2	26,1	25,9	27,8	26,8	25,2	26,6	25,9
Educação e saúde privadas	3,0	3,0	3,2	2,4	2,9	2,9	2,8	2,9
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	1,3	1,2	1,3	1,2	1,2	1,3	1,2	1,1
Serviços domésticos	1,3	1,3	1,6	1,7	1,5	1,5	1,8	1,7

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.